

**POLÍTICOS "LOCAIS" E
ACESSO À "GRANDE
POLÍTICA"
MARCOS OTÁVIO BEZERRA**

**A MARCHA NACIONAL
DOS SEM-TERRA
CHRISTINE DE ALENCAR
CHAVES**

**SINDICATOS, SOCIABILIDADE
E PODER
JOHN CUNHA COMERFORD**

**IMAGENS, CANDIDATOS E
CAMPANHAS ELEITORAIS
GABRIELA SCOTTO**

Cadernos do NuAP

2

1999

Pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política

Coordenador:

Moacir G.S. Palmeira (Professor Titular, PPGAS, UFRJ)

Pesquisadores Principais:

Mariza G.S. Peirano (Professora Titular, PPGAS, UnB)

César Barreira (Professor Adjunto, PPGS, UFC)

José Sergio Leite Lopes (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Secretária do NuAP

Emília Wien

Catálogo na fonte do
Departamento Nacional do Livro.

C512m

Chaves, Christine de Alencar.

A marcha nacional dos sem-terra / Christine de Alencar Chaves. Imagens, candidatos e campanhas eleitorais / Gabriela Scotto. Sindicatos, sociabilidade e poder / John Cunha Comerford. Políticos locais e acesso à grande política / Marcos Otávio Bezerra. — Rio de Janeiro : NAU, 1999.

68p. ; 14X21 cm.- (Cadernos do NuAP ; 2)

ISBN 85-85936-15-0

Acima do título: NuAP — Núcleo de Antropologia da Política.

1. Trabalhadores rurais — Brasil — Atividades política. 2. Presidentes — Eleições. 3. Brasil — Política e governo. I. Scotto, Gabriela. Imagens, candidatos e campanhas eleitorais. II. Comerford, John Cunha. Sindicatos, sociabilidade e poder. III. Bezerra, Marcos Otávio. Políticos locais e acesso à grande política. IV. Título. V. Título: Imagens, candidatos e campanhas eleitorais. VI. Título: Sindicatos, sociabilidade e poder. VII. Título: Políticos locais e acesso à grande política. VIII. Série.

CDD-320.981

Nu
AP Núcleo de
Antropologia
da Política

Quinta da Boa Vista s/nº — São Cristovão
Rio de Janeiro — RJ — CEP:20940-040
Tel (021) 568 9642 fax (021) 254 6695
e-mail nuap@alternex.com.br

Publicação realizada com recursos do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência — Ministério da Ciência e Tecnologia

NAU
EDITORA

GRYPHO Edições e Publicações Ltda

Rua Maria Isabel Braune Portugal, 376 P, Centro - Engº Paulo de Frontin — RJ — CEP 26650-000
Tel (021) 430 7719 fax (021) 325 4431 e-mail: nau@ax.ibase.org.br

ÍNDICE

1. Políticos “locais” e acesso à grande política 7
Marcos Otávio Bezerra
2. A marcha nacional dos sem-terra: um estudo etnográfico 16
Christine de Alencar Chaves
3. Sindicatos, sociabilidade e poder:
um estudo sobre trabalhadores rurais 33
John Cunha Comerford
4. Imagens, candidatos e campanhas eleitorais: um estudo comparativo
sobre campanhas presidenciais brasileiras e argentinas 50
Gabriela Scotto

O Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) congrega pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional), da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de manter colaboração estreita com alguns pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (IFCS). Ele representa a cristalização de vínculos estabelecidos, há alguns anos, em torno de pesquisas etnográficas sobre a esfera da política e de questões teóricas por elas suscitadas. A preocupação comum ao Núcleo é menos a construção de algum ou alguns grandes modelos teóricos substantivos do que lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas.

A aprovação de um amplo projeto de pesquisas — *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência* — pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia permitiu que o NUAP começasse a existir formalmente em dezembro de 1997.

Tendo como sede o PPGAS da UFRJ (Museu Nacional), o NUAP é coordenado por um grupo de professores desta instituição, da UnB e da UFC, reunindo pesquisadores em diferentes estágios da vida profissional. O Núcleo inclui três linhas de pesquisa que se complementam nas ênfases diferenciadas com que focalizam o estudo da política: *Representações da Política; Rituais da Política; Violência na Política*.

Além da publicação periódica de livros contendo o produto final das várias pesquisas, o Núcleo pretende publicar uma série de textos que assegure a rápida divulgação dos trabalhos em andamento, intensificando o diálogo entre seus pesquisadores e destes com profissionais de outros centros de produção acadêmica.

Este segundo Caderno apresenta o texto de quatro sub-projetos que integram o projeto *Uma Antropologia da Política*. Pareceu-nos oportuno publicá-los não apenas como uma espécie

de amostra do conjunto das propostas individuais de investigação por ele abrangidas, mas por comportarem uma reflexão teórica feita a partir de pesquisas empíricas já iniciadas, que imaginamos de interesse para os que queiram conhecer as possibilidades abertas pelo tipo de abordagem esboçado pelo Projeto.

O texto de Marcos Otávio Bezerra mostra a importância que pode ter pensar o modo de operar da política e do Estado brasileiros focalizando a rede complexa de relações que vincula a “grande política” à “política local” e indica o estudo dos recursos sociais mobilizados por prefeitos para obtenção de verbas federais como via privilegiada para pensar a questão. Christine Chaves procura apresentar as possibilidades de estudo de um evento — a Marcha Nacional dos Sem Terra — como um ritual político de longa duração, tomando-o como um locus privilegiado para o entendimento do próprio MST, de seus ideais e formas de ação, e da relação entre esse ator político e o Estado. John Comerford, por sua vez, está interessado nos sindicatos de trabalhadores rurais e seu objetivo é analisar a formação do campo sindical a partir de um estudo de caso, explorando as relações entre campo sindical e campo político. Já Gabriela Scotto pretende, com seu projeto, compreender o caráter das transformações nas formas contemporâneas de “fazer campanha política”, a partir da análise comparada de campanhas presidenciais na Argentina e no Brasil.

Chamamos a atenção do leitor para que, simultânea à diversidade dos objetos recortados e aos diferentes aparatos conceituais empregados, há nesse conjunto de textos a preocupação comum de tentar responder ao desafio colocado pelo Projeto, publicado em nosso primeiro Caderno, de “investir nas zonas de interseção entre o que etnograficamente é percebido como relativo à ‘política’ e o que, também do ponto de vista nativo, é colocado fora desse domínio”.

POLÍTICOS “LOCAIS” E ACESSO À “GRANDE POLÍTICA”: RECURSOS FEDERAIS E “COMPROMISSOS” POLÍTICOS.

*Marcos Otávio Bezerra**

Os vínculos das lideranças políticas locais (vereadores, prefeitos, e deputados estaduais, por exemplo) à políticos e autoridades com acesso aos governos estadual e federal é destacada, freqüentemente, entre outros, por prefeitos e deputados federais¹. Para não remeter a mais de um exemplo, menciono o depoimento de um prefeito mineiro, citado por C. Chaves (1996), no qual se observa que o sucesso de sua administração é associado às suas “ligações” e aos recursos federais a que tem acesso:

“Eu tenho tido muita sorte porque eu tenho muita ligação com o governo de estado, com os deputados majoritários estadual e federal, e além disso temos arrumado recursos, (...). (Os deputados) são muito importantes, é um poder... O município tem uma importância muito grande de ter seus deputados majoritários” (p.148).

A ligação com o governo do estado — questão tematizada, entre outros, por V. N. Leal (1975) ao discutir o ‘compromisso coronelista’ — e com os deputados estaduais e federais é algo valorizado pelo prefeito. Ter um parlamentar vinculado ao município é algo concebido como importante. Ao mesmo tempo, tem-se na passagem uma indicação do modo como o parlamentar é visto pelo prefeito quando este informa que o parlamentar é um poder. Essas são, portanto, algumas evidências acerca da importância concedida pelos prefeitos às suas ligações com as instâncias políticas estaduais e federais. Todavia, para se compreender o que está em jogo nessas relações parece-me necessário, entre outros aspectos, qualificar melhor esses vínculos, a concepção e expectativas que possuem os prefeitos a respeito dos parlamentares e a razão pela qual essas ligações são tidas como importantes. Essas são, por conseguinte, algumas das questões a serem examinadas por este projeto.

A valorização das ligações com políticos e autoridades com acesso às instâncias estadual e federal constitui, inclusive, tema de campanhas políticas. Esses vínculos são apresentados como uma espécie de capital social de que o candidato dispõe e que o qualifica para o exercício

do cargo. Referindo-se ao modo pelo qual parlamentares participam da campanha dos prefeitos, um ex-prefeito e atual deputado federal do PMDB-ES informou-me:

“O parlamentar procura mostrar à comunidade que a ligação do prefeito com o parlamentar é importante para levar benefício para o povo. O prefeito que não tem ligação com alguém do governo do estado ou do governo federal é mais difícil, é mais complicado”.

A força do parlamentar junto ao prefeito reside, da perspectiva do primeiro, nos benefícios que pode proporcionar à administração municipal. O que me parece importante reter dessas passagens são as indicações a respeito das mediações que necessitam ser efetuadas junto às administrações estadual e federal para que os prefeitos tenham acesso aos recursos e benefícios que estas podem proporcionar.

O exame dos recursos sociais mobilizados por prefeitos — sobretudo de pequenos municípios — a fim de terem acesso às verbas públicas federais constitui o tema de investigação deste projeto. Nesse sentido, o foco da análise é dirigido para a rede complexa de relações que liga os prefeitos à “grande política”. Se a literatura produzida sobre “política local” tem se concentrado na relação que as lideranças políticas mantêm com a população (descritas freqüentemente em termos de clientelismo) e na dinâmica das relações concebidas como políticas (as disputas faccionais, por exemplo)², o interesse aqui é deslocado para os vínculos que os prefeitos constroem e mobilizam, por assim dizer, ‘para cima’, ou seja, com parlamentares, burocratas, ministros, escritórios de intermediação e empresas de construção quando está em jogo a obtenção de recursos federais para a realização de investimentos locais. Creio que a preocupação com o exame desses vínculos pode ajudar-nos a compreender, entre outros aspectos, as relações de dependência recíproca e assimétrica que se estabelecem entre as lideranças políticas locais e políticos que, em determinado momento, atuam no plano federal.

Apesar de não ser alvo de uma análise sistemática, a relação das lideranças políticas locais com políticos e autoridades estaduais e federais é mencionada freqüentemente em estudos sobre “poder local”. Em um balanço superficial que realiza a respeito de trabalhos efetuados sobre o tema por cientistas políticos e antropólogos na década de 50, J. M. de Carvalho (1968/69), por exemplo, destaca que uma das “importantes descobertas” apresentadas por esses estudos consiste na demonstração da

“estreita relação entre líderes locais e estaduais” (p.245). As referências às relações com políticos situados em órgãos dos poderes estadual e federal são efetuadas, especialmente, quando se discute a questão da obtenção, por parte das lideranças locais, de recursos públicos (financeiros, serviços, cargos, etc.) para os municípios a que estão politicamente vinculados. À obtenção desses recursos, como destacam entre outros Leal (1975) e Greenfield (1977), está associada a manutenção e expansão do prestígio dos chefes políticos locais. São esses recursos que permitem, por exemplo, que sejam concedidos serviços, favores pessoais e realizados investimentos coletivos através dos quais as lideranças firmam e ampliam sua influência política nos municípios³.

Como observa pioneiramente Victor N. Leal (1975), em um dos poucos estudos nos quais os vínculos entre lideranças locais e estaduais são examinados com mais atenção⁴, essa relação não se caracteriza somente pela dependência unilateral das lideranças locais⁵. Ao descrever o que designa como “compromisso do tipo coronelista”, Leal argumenta no sentido da dependência mútua que vinculava os ‘chefes políticos municipais’ e a ‘situação estadual’. O argumento é conhecido. Os chefes políticos dependiam dos favores e recursos estaduais para poder manter sua posição de liderança nas “comunidades”. A situação estadual, por sua vez, necessitava do apoio político dos chefes locais, ou seja, dos votos que estes controlavam, para eleger os candidatos oficiais aos cargos estaduais e federais. A sugestão de que essa relação é marcada por uma interdependência e um compromisso moral — através do qual há trocas de serviços e apoio político mútuos — parece-me chave para entender os vínculos estabelecidos entre prefeitos, parlamentares e autoridades governamentais⁶.

Entre aqueles aos quais recorrem os prefeitos para mediar seus interesses junto às instâncias políticas estaduais e federais destacam-se os parlamentares, como sugerem as referências acima. Essa é uma das principais expectativas dos prefeitos em relação aos parlamentares, sobretudo em relação àqueles que contribuíram para eleger. Como essas expectativas estão associadas a uma certa idéia a respeito da atuação parlamentar, constitui um dos objetivos desse projeto investigar a concepção que possuem os prefeitos acerca da representação parlamentar e examinar de que modo ela se articula com as práticas políticas de prefeitos, deputados e senadores. Com base em pesquisas desenvolvidas⁷

parece-me razoável supor que a ênfase dada à mediação dos interesses locais junto aos governos estadual e federal está de acordo com uma concepção específica sobre a representação parlamentar⁸ que dá ênfase aos vínculos com os estados e municípios e ao atendimento de demandas de caráter particularístico e recursos federais.

Ao se examinar os critérios utilizados pelos prefeitos para definir os parlamentares aos quais encaminham suas demandas, pode-se avançar na compreensão dos elementos em jogo nos vínculos estabelecidos entre prefeitos e parlamentares. Entre outros, percebe-se que a votação obtida pelo parlamentar nos municípios opera como um critério importante tanto para parlamentares quanto para prefeitos. Se parlamentares buscam atender aquelas regiões onde obtiveram uma votação expressiva, prefeitos, do mesmo modo, consideram que são os parlamentares bem votados em seus municípios que devem encaminhar seus interesses junto ao governo federal. No entanto, a votação não é o único critério acionado. O importante, do ponto de vista da análise aqui proposta, é investigar como esse critério se conjuga com outros — partidários, amizade, poder do parlamentar junto ao Poder Executivo, etc. — mobilizados pelos prefeitos para definir o parlamentar ou parlamentares que procuram.

O fato do parlamentar ao qual se recorreu inicialmente não ser bem sucedido, por diferentes razões, em mediar as demandas de recursos que lhes foram encaminhados, pode levar o prefeito a estabelecer vínculos com outros parlamentares ou mesmo romper com seus antigos compromissos. Isto parece estar associado, como sugeriu Victor N. Leal, à “ética especial” que regula os vínculos entre os chefes políticos locais e os representantes da situação estadual. Chamando atenção para a fragilidade e temporalidade dessas relações argumenta o autor:

“Como os compromissos não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas, prevalecem para uma ou para poucas eleições próximas” (Leal, 1975:41).

O fato desses compromissos estarem fundados em torno de “coisas concretas” (cargos, recursos, favores, etc.) deve, portanto, ser levado em consideração ao se buscar entender a dinâmica das articulações políticas que aproximam prefeitos, parlamentares estaduais e federais. Nesse sentido, circunscrito à questão do acesso de prefeitos aos recursos federais, este projeto se interroga sobre o modo como as negociações em

torno desses recursos se faz presente nos processos de estabelecimento, ruptura e deslocamento dos ‘compromissos’ políticos que estão, por sua vez, na base da estruturação das redes de apoio político acionadas por prefeitos e parlamentares durante principalmente as disputas eleitorais.

Mas como indicamos acima, os parlamentares não são os únicos agentes sociais a que recorrem os prefeitos para encaminharem aos órgãos governamentais suas demandas por recursos federais. Se constitui um dos objetivos desse projeto verificar as alternativas acionadas pelos prefeitos, pode-se adiantar, no entanto, que entre elas estão os designados “escritórios de consultoria” e as empresas especializadas na construção de obras públicas (empreiteiras).

Do ponto de vista dos prefeitos, uma espécie de duplo capital habilita os escritórios e empresas a intercederem a seu favor, ou seja, o conhecimento acerca dos procedimentos relativos à liberação dos recursos federais e o conhecimento das autoridades e funcionários responsáveis pelo funcionamento dos órgãos governamentais. Todavia, cabe observar que, em função do interesse do Poder Executivo em obter o apoio dos parlamentares para seus programas e projetos, os escritórios e as empresas freqüentemente buscam o apoio dos parlamentares para que os projetos de seus clientes (as prefeituras) sejam priorizados pelos órgãos do Poder Executivo. Observa-se, desse modo, uma articulação entre os interesses dos prefeitos, escritórios, empresas, parlamentares e autoridade do Poder Executivo.

O fato dos prefeitos recorrerem a mediadores para obter recursos federais aponta para uma outra questão. Ao justificar a contratação dos escritórios, por exemplo, é comum os prefeitos alegarem que encontram dificuldades para lidar com os órgãos federais: desconhecem os locais que devem procurar, os prazos a serem obedecidos, os documentos que devem apresentar, etc. Este também é o ponto de vista de parlamentares. A seu ver, o que faz com que os prefeitos os procurem é a sua capacidade de abrir portas nos ministérios e de intervir em favor dos processos de seu interesse. Em suma, essas considerações nos conduzem a uma outra questão a ser investigada, qual seja, a da representação e conhecimento que possuem os prefeitos a respeito da burocracia federal e das regras de funcionamento da ‘grande política’, particularmente, em relação à questão do acesso aos recursos federais.

Os recursos federais passíveis de serem transferidos para os municípios — excluídas as transferências obrigatórias que são definidas constitucionalmente — são aqueles incluídos na parcela destinada aos investimentos. Nos últimos anos, essa parcela tem correspondido a aproximadamente 2% ou 3% do total dos recursos orçamentários. De modo geral, o acesso dos prefeitos a esses recursos ocorre por dois caminhos. Primeiro, via as emendas orçamentárias dos parlamentares através das quais eles definem onde e de que modo devem ser aplicados os recursos arrecadados pela União (os chamados recursos “carimbados”). Segundo, via os programas implementados pelos ministérios através da utilização das chamadas dotações globais, isto é, recursos de que dispõem os ministérios cuja destinação não é especificada pela lei orçamentária. Como a lei orçamentária brasileira tem o caráter apenas autorizativo, deve-se observar que a decisão final a respeito da execução orçamentária cabe de fato ao Poder Executivo. Nesse sentido, além dos prefeitos pressionarem os parlamentares para que estes destinem, através de suas emendas, recursos para seus municípios, eles esperam que os parlamentares intervenham junto aos órgãos ministeriais para que sejam assinados os convênios que autorizam efetivamente o repasse dos recursos para os municípios.

Enfim, para dar desenvolvimento a essas questões procurarei examinar os recursos sociais mobilizados por prefeitos, por um lado, para que sejam inseridas no orçamento da União emendas que beneficiem os municípios que administram e, por outro, para que essas emendas e recursos ministeriais sejam efetivamente liberados. Para tanto, concentrarei a pesquisa em alguns municípios da região serrana e centro-norte do estado do Rio de Janeiro. Desse modo, espera-se oferecer alguma contribuição para as discussões a respeito das concepções e práticas políticas, as regras e valores que orientam as condutas dos políticos e os vínculos de dependência recíproca mantidos por políticos posicionados localmente e na “grande política”.

NOTAS

¹ Marcos Otávio Bezerra é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense, doutor em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ).

² Discuti o ponto de vista dos parlamentares a respeito de suas relações com as lideranças políticas municipais em Bezerra (1998).

³ Estas questões são destacadas, por exemplo, por Cintra (1974), Greenfield (1972 e 1977), Leal (1975), Queiroz (1976), Diniz (1982) e trabalhos reunidos em Palmeira e Goldman (1996).

⁴ A questão da transferência de benefícios públicos para as *bases eleitorais* é considerada apenas secundariamente nos trabalhos efetuados sobre o Congresso e a atuação parlamentar. Quando mencionado nos estudos aparece apenas como algo residual e é interpretada freqüentemente em termos de clientelismo político. Nesse caso, o foco é dirigido sobretudo para o modo como os partidos, as máquinas políticas ou parlamentares utilizam os recursos públicos como uma forma de obter votos e apoio das lideranças políticas. Cabe observar, de passagem, que as relações clientelistas tem sido submetidas mais comumente a duas linhas de interpretação. Na primeira, na qual predomina o ponto de vista das teorias modernizantes, essas relações são interpretadas como tradicionais e, por conseguinte, como uma espécie de “resquício” em vias de desaparecimento devido à expansão das relações impessoais, universais e racionais — representadas, por exemplo, pelo mercado, a burocracia-estatal e a institucionalização das relações políticas. Na segunda linha de interpretação, as relações de patronagem e clientelismo tem sido consideradas como uma espécie de complemento, de adendo para utilizar o termo difundido por Landé (1977). Elas aparecem para cobrir alguma lacuna (“gaps”), falha gerada pelo funcionamento inadequado das instituições sociais ou amenizar incertezas decorrentes seja da ausência, seja da presença das relações de mercado ou estatais. Observa-se que nos dois casos, as relações clientelistas são tratadas mais como fenômenos secundários, do que um fenômeno com um estatuto próprio. Passos nesse último sentido, no entanto, foram dados, a meu ver, por Davis (1983), ao tratar as relações de patronagem como uma forma de representação política e Briquet (1995), ao defender a idéia de que as relações clientelistas são dotadas de uma racionalidade própria.

⁵ Nesse sentido consulte-se também o instigante trabalho de Graham (1997) a respeito dos usos do clientelismo no Império.

⁶ Chamar a atenção para a dependência mútua que vincula estes agentes sociais não significa, a meu ver, ignorar ou inverter as relações de poder que se

fazem presentes nesta relação tal como sugeriu Carvalho (1996) ao comentar trabalho de Graham (1997), mais especificamente, ao comentar o uso que o autor faz da noção de clientelismo e a análise efetuada sobre a dependência das autoridades governamentais em relação aos grandes proprietários rurais.

⁶ Sobre a noção de “compromisso” na ordenação das relações políticas ver, por exemplo, as análises de Palmeira (1996) e Chaves (1996).

⁷ A respeito particularmente do ponto de vista dos parlamentares consulte-se Bezerra (1999).

⁸ Uma introdução à discussão sobre a representação política pode ser encontrada em Lima Júnior (1997) e no verbete elaborado por Cotta (1986).

BIBLIOGRAFIA

- Bezerra, Marcos O. 1999. *Em nome da “bases”. Política, favores e dependência pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Briquet, Jean-Louis. 1995. *Les pratiques politiques “officieuses”. Clientélisme et dualisme politique en Corse et en Italie du Sud*. Genèses, 20.
- Carvalho, José M. 1968/69. “Estudos de poder local no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº25/26.
- _____. 1997. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual”. *Dados*, vol. 40, nº2.
- Chaves, C. A. 1996. “Eleições em Buritis: a pessoa política”. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (Orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- Cintra, Antônio C. 1974. “A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 1.
- Cotta, Maurizio. 1986. “Representação política”. In: Bobbio, N. et alii (orgs.) *Dicionário de política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília. 2ª ed.
- Davis, J. 1983. *Antropologia de las sociedades mediterrâneas*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- Diniz, Eli. 1982. *Voto e máquina política. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Elias, Norbert. 1980. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- _____. 1987. *A sociedade de corte*. Lisboa, Editorial Estampa.

Graham, Richard. 1997. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

Greenfield, S. M. 1972. “Charwomen, Cesspools, and Road Building: An Examination of patronage, clientage, and political power in southeastern Minas Gerais”. Strickon, A. and Greenfield, S. (eds.) *Structure and process in Latin America. Patronage, clientage and power systems*. Albuquerque, University of New Mexico Press.

_____. 1968. “Patronage, politics, and the articulation of local community and national society in pre-1968 Brazil”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.19, nº2.

Landé, Carl. 1977. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. Schmidt, S. W. et alii (ed.) *Friends, Followers, and factions*. Berkeley, University of California Press.

Leal, Victor N. 1975. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega.

_____. 1995. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico/94*, pp.31-94.

Lima Júnior, Olavo B. 1997. *Instituições Políticas Democráticas. O segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Palmeira, Moacir e Heredia, Beatriz. 1993. *Le temps de la politique*. “Études Rurales”.

_____. 1996. “Política, facções e voto”. In: Palmeira, M e Goldman, M. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

Queiroz, Maria I.P. de. 1976. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega.

Veyne, Paul. 1976. *Le Pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris, Seuil.

A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

Christine de Alencar Chaves*

A MARCHA

No dia 17 de abril de 1997 teve lugar em Brasília uma das maiores manifestações públicas ocorridas na capital do Brasil — só comparável ao comício pelas eleições diretas, em 1984. Ela marcou com triunfo o término da marcha dos sem-terra, uma caminhada de dois meses que percorreu a pé vários estados do país. Contrariando expectativas de dissolução e fracasso, a longa peregrinação foi bem sucedida: alcançou sua meta e conquistou a simpatia da opinião pública nacional. A afluência de pessoas à manifestação dos sem-terra no dia 17 de abril em Brasília significou a vitória da marcha por eles empreendida, autenticada nacionalmente em pesquisa de opinião que reconheceu legitimidade à reforma agrária, bandeira maior do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra — o MST —, promotor do evento.

Como uma “marcha nacional”, a caminhada dos sem-terra foi constituída por três “colunas”, que buscaram atravessar pontos diversos do território brasileiro, seguindo itinerários diferentes rumo a Brasília. São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá foram as cidades escolhidas como pontos de partida das três colunas, compostas por integrantes do MST — “acampados” e “assentados” — de diferentes estados da federação, no empenho em dar à marcha uma representação nacional. Com atos públicos nas cidades de origem, ela teve início em 17 de fevereiro. Cada uma das colunas percorreu mais de mil quilômetros de estrada, durante exatos dois meses. Além do percurso diário ao longo das rodovias, uma seqüência determinada marcou a passagem das colunas pelas cidades e vilarejos no caminho da capital: entrada das fileiras da marcha, realização de ato público em ponto central e montagem de acampamento provisório — padrão repetido, em ponto maior, em Brasília.

Intitulada *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, a caminhada dos sem-terra teve como manifesto propósito chamar a atenção da sociedade para a necessidade da reforma agrária, para o

problema do desemprego nas cidades e para a impunidade dos crimes e violências cometidos contra trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil. Em cada vilarejo ou cidade que os caminhantes atravessaram, na passagem das fileiras da marcha pelas vias públicas e no ato principal, quando se pretendia reunir população e marchantes, a razão de ser da peregrinação era exposta através de palavras-de-ordem, hinos, representações teatrais e discursos contundentes. Junto com as manifestações públicas, reuniões eram feitas em escolas, faculdades, câmaras municipais, sindicatos locais e igrejas com a finalidade de dar ressonância à passagem da marcha e à mensagem que ela pretendia veicular. O 17 de abril foi escolhido para término do percurso com a chegada a seu destino, a capital do país, por ser a data do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, ocorrido um ano antes — convertida em dia internacional de luta pela reforma agrária.

Enquanto organizador e promotor da marcha nacional, o MST tornou-se o principal beneficiário do capital simbólico por ela acumulado, progressivamente conquistado ao longo da caminhada à medida que esta avançava e aproximava-se de seu termo. O contraste entre o início obscuro e a chegada triunfal da marcha revela o potencial de agregação simbólica de um fenômeno tão antigo quanto generalizado como são as peregrinações, potencial tornado fato e poder na caminhada dos sem-terra. A chegada desses caminhantes anônimos ao destino em itinerário traçado pelo MST não foi apenas a realização de um desígnio, representou a conversão simbólica de uma peregrinação de homens e mulheres em vitória política de uma organização. Desde o início concebida para tornar-se um fato político de ressonância, a eficácia da marcha superou as melhores projeções do MST.

A eficácia política da marcha nacional foi sobretudo uma conquista de legitimidade, capital fundamental da política e principal instrumento de luta do MST para atingir seus propósitos no enfrentamento direto que empreende com o Estado. Destituídos da tradicional capacidade de influência sobre o aparato jurídico e administrativo de poder, instrumentos de que há séculos dispõem os setores terratenentes no Brasil, uma vez que a própria formação do Estado e suas instituições políticas são uma realização intimamente vinculada aos interesses desse setor (Reis, 1982, 1988; Camargo, 1986; Fernandes, 1981), os trabalhadores sem-terra criaram uma organização cujo principal instrumen-

to político é a ação direta. Em nítido contraste com os mecanismos tradicionais de atuação de seus oponentes, as principais formas de atividade política empreendidas pelo MST realizam-se através de pressão sobre o aparato de poder mediante mobilização coletiva e pública, em nome de interesses coletivos, reivindicando *direitos coletivos*. A criação de eventos públicos é o principal meio de atuação política do MST na luta empreendida principalmente com o Estado, detentor dos instrumentos de realização da reforma agrária pretendida pelo movimento. Nesse sentido, a marcha nacional assume a dimensão de um fenômeno exemplar.

A eficácia política da marcha nacional, ao ser capaz de constituir legitimidade, pode ser melhor compreendida se tomada como uma ação coletiva expressiva, cuja importância tem por suposto a capacidade de comunicar os fundamentos ideológicos e os propósitos políticos do MST e, ao evocar referências simbólicas consagradas, angariar-lhe a conformidade e solidariedade da sociedade mais abrangente¹. Delimitada no tempo e no espaço, a marcha demarcou uma esfera excepcional no curso da vida social brasileira, podendo ser considerada um ritual de longa duração. Como um ritual eficaz, é possível tomá-la como uma forma privilegiada de interpretação dos agentes que a promoveram e do público que conferiu legitimidade à ação social posta em curso.

A tradição antropológica, na linhagem² de Durkheim, tem mostrado o quão profundos — inextrincáveis e instituintes — são os nexos entre atos de sociedade e representações sociais, através dos quais as sociedades se criam, recriam, tomam consciência de si mesmas e, podem acrescentar, procuram empreender dinamicamente a mudança. Nesse sentido, rituais apresentam-se como fenômenos privilegiados de investigação, pois não apenas se constituem como instâncias condensadas de representação da experiência social, como são capazes de promover a sua dinamização. A compreensão teórica dessa capacidade criativa dos rituais, etnograficamente explicitada pela marcha do MST, constitui objeto de investigação, que contará com o auxílio da formulação apresentada por Stanley Tambiah (1985; 1996) a respeito dos rituais.

Amparada nessa tradição, proponho tomar a marcha dos sem-terra como um locus privilegiado de investigação do MST como ator político e do contexto sócio-cultural que o baliza — na trilha de Mauss, procurar desvendar a interação efetiva e os nexos significativos entre

agente, ato e sociedade. A *marcha nacional*, como realização eficaz, percorreu mais que estradas, atravessou um solo moral. Realizar essa travessia — reconstituindo-a em texto — junto com a caminhada dos sem-terra, pode ser um percurso revelador das trilhas, caminhos e encruzilhadas que se apresentam à sociedade brasileira contemporânea. Sustento a esperança de nessa trajetória explicitar alguns de seus dilemas e virtualidades.

O MST

Assumindo uma atuação política fundada na ação direta através da promoção de eventos coletivos e públicos, o MST tem se apresentado na cena brasileira de forma a ir tecendo o cotidiano da política com encenações públicas que magnetizam a opinião, promovem fatos, geram poder e criam direitos. Que ator social é esse que subverte os parâmetros usuais da política e, paradoxalmente, parece revelar algumas de suas dimensões menos conhecidas? O MST foi fundado em 1984, na cidade paranaense de Cascavel, como resolução do I Encontro Nacional dos Sem-Terra. Promovido sob o patrocínio da CPT, Comissão Pastoral da Terra, o encontro teve por finalidade reunir os diversos movimentos localizados de luta pela terra que floresceram, sob os auspícios das pastorais sociais da Igreja³, no final dos anos 70 e início da década de 80. Particularmente no sul do país, esses movimentos evoluíram para uma crescente autonomia política, que o recém fundado MST assumiu como um princípio: a direção política do movimento é prerrogativa dos militantes do próprio MST. Aos agentes pastorais e simpatizantes em geral cabe uma função de assessoria⁴.

Entretanto, a herança de origem pode ser constatada tanto na estrutura da organização — como o caráter colegiado e hierárquico das instâncias de decisão, a divisão por estado e “regionais”, dotados de relativa autonomia de ação, a definição do papel de assessor, etc —, quanto em elementos mais imponderáveis como o sentido da militância como um serviço, a valorização do “espírito de sacrifício”, a centralidade da “mística”, bem como na forma de luta fundada na realização de eventos dotados de forte caráter simbólico. Procissões e peregrinações, por exemplo, um patrimônio da Igreja tradicional e da religiosidade

popular, são recorrentes na curta história do MST, e até em sua história antecedente.

Em seus treze anos de existência o MST expandiu-se, procurando dar consistência à ambição de tornar-se uma organização de abrangência nacional. No MST a *unidade* da luta é um esteio fundamental, o que confere peculiaridades importantes na sua estrutura organizativa e na gestão política interna: ela baliza tanto a urgência de assentar uma estrutura nacional quanto a preeminência das decisões “do coletivo” sobre quaisquer posições individuais — divergências, por exemplo, jamais se tornam públicas. Como saldo do aprendizado de experiências anteriores na luta por terra, a fragmentação é considerada um grave erro. De fato, na periodização das “lutas por terra no Brasil”, tema recorrente nos cursos de formação promovidos pelo movimento, destacam-se três “fases”: as “lutas messiânicas”, as “lutas radicais localizadas” e os “movimentos de camponeses organizados” (Stédile & Frei Sérgio, 1993). A partir da valorização da experiência histórica depreendem-se lições: a dependência de um único líder ou de partidos políticos, assim como a fragmentação são erros capitais a serem evitados. Embora tenha hoje uma estrutura organizacional homogênea com abrangência nacional, o MST, a despeito dos propósitos, apresenta uma consistência organizativa bastante diferenciada nos estados e não pôde evitar dissidências⁵.

Apesar de dissidências menores, porém, o MST tem conseguido manter-se como uma organização unificada e forte, com uma atuação política coerente com seus propósitos e ágil em adaptar-se às diferentes circunstâncias políticas. Desde as primeiras ocupações, ainda sob o regime militar, a luta pela terra foi assumindo dimensão política maior, tornando-se inicialmente uma bandeira pela redemocratização política, quando acampamentos, considerados área de segurança nacional, sofriram intervenção federal (Marcon, 1997). Posteriormente, a reforma agrária, no sentido amplo proposto pelo MST, descortina-se não apenas como uma luta pela democratização do acesso à terra mas como a ponta de lança de um projeto de transformação social centrado na democratização de diferentes recursos, materiais e simbólicos, da sociedade nacional⁶. A luta por terra converte-se em luta por cidadania.

O MST empreende uma ampliação do horizonte político da luta por terra no Brasil, não só ao conferir-lhe uma envergadura nacional

como ao emprestar-lhe o sentido de catalizador de transformação social, revestindo-a do caráter de uma idéia-força, uma utopia social. Essa ampliação foi, porém sendo construída ao longo da história do MST, consolidando-se nas sucessivas transformações por que passou ao dar expressão à luta pela reforma agrária. Defrontando circunstâncias adversas e carecendo ainda de solidez organizativa, o MST propõe inicialmente um lema de resistência, que caracterizaria a ação política empreendida em sua primeira década de existência: “reforma agrária, essa luta é nossa”. Com uma estrutura organizativa mais consolidada, o III Congresso Nacional do MST, reunido em 1995, amplifica o sentido da luta na mesma proporção da abrangência do público-alvo: propõe ser a “reforma agrária, uma luta de todos”, isto é, da sociedade como um todo. Reconhecendo nela uma conquista que requer ampla legitimação social, apresenta em sua formulação de reforma agrária uma concepção que termina por romper a distinção campo-cidade, ao propor um “novo modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira”.

Mantendo firme o propósito de promover a reforma agrária, âncora da identidade de sem-terra, ao conferir-lhe um significado abrangente aponta para o problema maior da integração social no Brasil — para questões clássicas da democracia e da cidadania. Na arguta observação de um militante, “terra é poder”. Observação que no contexto do MST traduz não uma opinião pessoal, mas uma perspectiva compartilhada, cujo conteúdo serve de fundamento lógico aos propósitos abrangentes advogados pelo movimento. Por outro lado, trata-se de uma percepção apurada, uma vez que a questão fundiária tem vínculos históricos com o sistema político no Brasil, como inúmeros trabalhos acadêmicos já apontaram desde o de Vitor Nunes Leal (1975). Desse modo, o MST constitui-se como ator através de uma luta à qual procura emprestar um significado político abrangente, posto que solidamente ancorado em uma identidade bem definida e relativamente restrita. Entretanto, ao constituir sua luta em torno de uma identidade negativa, tornando-a sujeito coletivo através de um enfrentamento direto com o Estado e sua ordem legal, o MST, criando fatos, coloca em xeque os fundamentos de legitimidade de uma ordem social que se reproduz historicamente sem resolver o problema da integração de larga parcela de sua população⁷.

De um ponto de vista interno, como “organização”, o MST é um ator social que confere expressão política à luta pela reforma agrária através da capacidade de forjar uma identidade, “sem-terra”, que sobrepassa diferenças de origem e tradição e serve como um inquebrantável suporte social a suas ações políticas. Sem-terra é uma categoria genérica que congrega uma congêrie de outras⁸, cuja inclusão é, no entanto, apenas potencial. É sem-terra quem integra as fileiras do MST em alguma de suas atividades, essencialmente mobilizações coletivas⁹, tendo como início privilegiado uma permanência em acampamento, verdadeiro rito de passagem. A identidade de sem-terra é forjada no curso da “luta”, realizada fundamentalmente através das mais diversas mobilizações promovidas pelo MST. Assim, as mobilizações são ritos fundantes, realizações “para dentro” e “para fora” — como a marcha nacional, constituem-se, simultaneamente, em fontes de legitimação tanto para o público interno ao MST — acampados, assentados, militantes — quanto para o externo, constituído pela sociedade nacional.

Não deixa de ser surpreendente a galvanização política empreendida pelo MST, ao organizar um segmento marginal na sociedade brasileira plenamente urbanizada, como são os camponeses, os “sem-terra”, mediante uma identidade construída em tão curto espaço de tempo. Essa proeza é uma realização que o MST, como um movimento social, faz fundamentalmente mediante a geração de fatos políticos, que são atos criativos em sentido pleno: forjam os atores, a cena e o público; desencadeiam novos fatos, sem antecipar, como dramas sociais que são, os seus resultados, imprevisíveis embora inevitáveis. Magnetizando a opinião, o MST constrói com os homens e mulheres sem-terra uma utopia de envergadura abrangente, convertendo o sonho da terra em sementeira de transformação social. Aponta para o sonho de um “Brasil para todos os brasileiros”¹⁰, uma nação de iguais.

FOCO TEÓRICO

O MST constitui-se através da multiplicidade de eventos que promove — ocupações de terras e órgãos públicos, acampamentos à beira de estradas e em praças públicas, marchas e atos públicos — disseminados pelos mais diversos rincões do território brasileiro, amplificados pelos meios de comunicação de massa. De todos, no entan-

to, a Marcha Nacional alcançou maior envergadura e êxito. Foi um acontecimento nacional por seus propósitos, proporções e repercussão. Mas foi também um evento exemplar, na medida em que apresentou os elementos principais da ação política do MST: mobilização coletiva constituindo, simultaneamente, veículo de pressão e legitimação.

Como fenômeno social, a marcha não é uma invenção do MST. É uma forma cultural transtemporal e presente em diferentes tradições, dotada de características distintivas que permitem reconhecê-la, conquanto passível de ser revestida de significados os mais diversos. Como forma cultural estereotipada, as marchas são passíveis de classificação entre os rituais, eventos públicos padronizados, embora permitindo performances variáveis conforme o contexto. Segundo essa caracterização, a Marcha Nacional pode ser considerada um ritual de longa duração, evento social expressivo potencialmente e eficaz, o que lhe confere um estatuto privilegiado de compreensão não só dos atores que o encenam, mas do “público” que o tornou relevante — do MST como um ator social, do seu modo particular de construção da política e das relações mais profundas que ele guarda com a sociedade brasileira.

Tratar dessa maneira a Marcha Nacional corresponde à adoção da perspectiva desenvolvida por Tambiah a respeito dos rituais, abordagem que rompe com uma definição restrita em benefício de um ponto de vista que, sem abandonar o reconhecimento de características formais universais, valoriza a demarcação feita pelas próprias sociedades daqueles eventos que por sua estrutura e ordenamento distinguem-se do cotidiano. Do ponto de vista formal, os rituais são classificáveis por serem eventos delimitados no tempo e no espaço, com forma e padronização definidos culturalmente e que, supondo participação coletiva, concorrem para uma intensificação da vida social. A perspectiva apresentada por Tambiah toma os rituais como eventos em acepção ampla: atos, proferimentos, interações e práticas — eventos que aliam semântica e pragmática. Em suas palavras:

Ritual is a culturally constructed system of symbolic communication. It is constituted of patterned and ordered sequences of words and acts, often expressed in multiple media, whose content and arrangement are characterized in varying degree by formality (conventionality), stereotypy (rigidity), condensation (fusion), and redundancy (repetition). Ritual action in its constitutive features is performative in these three senses: in the Austinian sense of performative, wherein saying something is also

doing something as a conventional act; in the quite different sense of a staged performance that uses multiple media by which the participants experience the event intensively; and in the sense of indexical values — I derive this concept from Peirce — being attached to and inferred by actors during the performance. (1985:128)

Consistindo em formas culturais padronizadas, os rituais veiculam significados cujo conteúdo é culturalmente delimitado. Nessa definição, os rituais são discursos que conjugam elementos referenciais e indéxicos — no sentido de Peirce. Traduzem concepções sociais abrangentes e duradouras ao mesmo tempo que são referidos a um contexto variável e circunstancial. O conjunto dos elementos que o constituem tornam-no capaz de desencadear efeitos pragmáticos através do poder simbólico de que são portadores, por força de convenções culturais. Segundo Tambiah, a eficiência da ação ritual ancora-se no fato de acionar crenças culturais essenciais. Tendo um nexó indissociável com a forma ritual, estável, tais crenças constituem uma cosmologia, isto é, concepções fundamentais a um determinado universo social.

Efetivação de atos convencionais referidos a uma cosmologia determinada, fonte maior de legitimação, os rituais constituem uma linguagem que pode assumir contorno e conteúdo políticos. Com características expressivas e pragmáticas, segundo Tambiah, os rituais tanto representam o cosmos quanto legitimam hierarquias sociais, conforme, respectivamente, seus aspectos referenciais e indéxicos. Nesse sentido, à primeira vista a perspectiva proposta por ele não difere da tradicional abordagem dos rituais, segundo a qual eles concorrerem para a manutenção da ordem, na medida em que legitimam hierarquias estabelecidas. Mas justamente porque são eventos padronizados sujeitos à variação das performances, às variações contextuais, é possível apresentar a interpretação alternativa de que os rituais podem concorrer para a construção eficaz de novas legitimidades, ao simbolicamente conectarem convenções consagradas a arranjos inusitados indicando a possibilidade de outros ordenamentos. Ao “indexarem” conteúdos referenciais convencionais da cultura a novos atores eles apontam para padrões inovadores de relacionamento social — de forma a ativar potencialidades latentes da cosmologia. Assim, os rituais podem ser utilizados como formas legítimas de manifestação do dissenso, tornando-se instrumentos

de construção de novas legitimidades, ancoradoras de ordenamentos sociais alternativos.

Dessa perspectiva, uma teoria dos rituais proporciona mais que uma forma privilegiada de acesso à cultura, ao contexto que torna os rituais fatos sociais significativos e relevantes. Torna possível guardar o valor totalizador do conceito de cultura, fugindo, entretanto, ao seu sentido totalitário por permitir desvendar os mecanismos de diferenciação social, de constituição da dominação e de instauração e legitimação de resistências. Permite, enfim, efetivar a ambição antropológica de apreender o universo significativo totalizante das ideologias e, simultaneamente, realizar a passagem — difícil para a teoria e cotidiana na prática — destas para os sistemas de ação, nos quais homens e mulheres de carne e osso buscam transformar interesses e ideais em realizações concretas.

Nesse sentido, uma vez que constituídos por “atos e proferimentos” convencionais, é pertinente indagar como os rituais empenham e promovem ações inovadoras. Ou seja, como, através de ações expressivas, o ritual consegue desencadear efeitos perlocucionários criativos, não previstos. A conjugação entre representação e ação presente nos rituais desdobra-se em uma tensão entre reprodução e inovação, pois embora não completamente determináveis, os resultados pragmáticos antevistos são esperados, e mesmo desejados. É essa dimensão, concretizada etnograficamente pela marcha, que torna apropriado o emprego da teoria dos rituais à esfera da política, domínio da “ética da responsabilidade”, que deve prestar conta dos resultados, previsíveis mas incertos, da ação. E permite conjugar a ambição antropológica de empreender uma investigação totalizante, cujos principais trunfos e triunfos remetem-se ao domínio da ideologia, com a necessidade de apreender a fragmentação característica do não menos elusivo domínio da ação.

Na conjunção desses dois domínios reside a principal contribuição de um enfoque antropológico da política, em um universo social caracterizado pela fragmentação, pela diferenciação e pela desigualdade. Trata-se da necessidade de conciliar o enfoque durkheimiano da sociedade com a esfera das preocupações weberianas — o que não é impossível uma vez que se atente para o fato de que Durkheim conjugou em uma mesma abordagem o estudo das representações com o dos ritos e Weber empenhou-se na investigação do domínio da ação social

assim como ao das teodicéias. Não é incidental que ambos tenham, no final de suas carreiras, dedicado-se ao estudo da esfera religiosa da vida — onde em última instância é possível determinar os elementos fundamentais de construção da autoridade e, com ela, pensar os meios de constituição e destituição da dominação, escapando às armadilhas de uma perspectiva individualista que negligencia o fato de que o poder só se mantém pelo consentimento da maioria, uma vez que é um fenômeno eminentemente social. A aproximação antropológica entre política e religião, aparentemente extemporânea, justifica-se com a constatação de que a constituição do poder é incompreensível se desvinculada da esfera dos valores (Peirano, 1997).

MARCHAS, PEREGRINAÇÕES, ROMARIAS

O nexos entre religião e política não se limita ao interesse teórico que efetua uma releitura de clássicos das ciências sociais, ele apresenta-se como elemento determinante de características do MST enquanto ator social e das ações políticas que empreende. Esse nexos encontra-se na própria origem do movimento, tanto através do suporte institucional inicial imprescindível à articulação do MST como entidade política autônoma com abrangência nacional quanto — não menos importante — através do suporte ideológico efetivado com a utilização de símbolos religiosos legitimadores, ativados através da promoção de cerimônias, sob inspiração do princípio de que “a terra é um dom de Deus para todos” e da utilização de uma pedagogia — testada nas Comunidades Eclesiais de Base — de reflexão sobre a realidade concreta à luz do texto bíblico. As referências religiosas dos camponeses, fortalecidas pela presença marcante de agentes religiosos no cotidiano dos primeiros acampamentos, serviram para dar inteligibilidade ao sofrimento presente e fortaleza ante as incertezas do futuro; além disso, renovadas por uma reflexão crítica, assumiram, no contexto da “luta”, um conteúdo marcadamente político.

Símbolos religiosos foram transformados em símbolo da luta política. Assim é que no acampamento pioneiro da Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul, uma cruz pequena com a inscrição “salva tua alma” foi substituída por outra grande e pesada, simbolizando o sofrimento de todos e a esperança de vitória comum. Colocada no centro

do acampamento, era o local das reuniões diárias, acolhida de visitantes, reuniões de equipes, assembléias e celebrações (Gaiger, 1987:41). Recebeu panos brancos em sinal de luto pelas mortes ocorridas no acampamento e escoras simbolizando a solidariedade e apoio de entidades e organizações. A cruz pesada, precisava ser transportada por muitos braços nas procissões que se fizeram¹¹, representando a necessidade de união e o sofrimento redentor, vitorioso com a conquista da terra.

A velha tradição das romarias, peregrinações rumo a um santuário — centro religioso onde o sagrado se manifesta — foi sendo transformada quando transposta por acampados do MST em caminhadas em direção às cidades e aos centros de poder, as capitais. De uma peregrinação rumo ao território sagrado, uma caminhada em direção ao espaço político. De um processo de reafirmação e renovação da fé através do sacrifício em cujo termo o peregrino reencontra nos lugares considerados santos a comunhão com o transcendente, em uma caminhada que cimenta a esperança através da união de todos, firmada diante de um poder temporal. Transfigurada em luta por terra, essas novas caminhadas realizam a passagem da esperança messiânica de uma terra que é promessa para a esperança política de uma terra que deve ser conquistada. Passagem da noção da graça divina individual que se quer receber à de direito de todos que se deve cumprir.

A tradição religiosa popular de romarias rumo a santuários é investida de novos significados quando apropriada pelo MST na forma de marchas rumo aos centros de poder político, reivindicando direitos que cumpre ao Estado fazer valer. Entretanto, a mesma prática de peregrinação é passível de ser revestida de inúmeros significados e assumiu, nos últimos anos, uma pletera variada de manifestações no Brasil. Assim, ao lado das tradicionais romarias e procissões rumo aos santuários consagrados pela religiosidade popular¹², e das marchas políticas promovida pelo MST, uma nova tradição foi inventada¹³, a das romarias da terra. Assumindo um caráter simultaneamente religioso e político, elas são frequentemente organizadas pelas pastorais populares da Igreja, muitas vezes sob oposição da hierarquia clerical. Algumas delas realizam-se nos santuários das romarias tradicionais, como é o caso de Canindé, Juazeiro do Norte, Bom Jesus da Lapa e Trindade. Outras, porém, definem-se, ano a ano, por locais marcados pelo conflito e luta de terras — renovando o sentido do martírio — ou naqueles lugares

em que a conquista da terra permite a celebração da vitória e a realização da “festa da colheita”.

As peregrinações não são, porém, uma manifestação religiosa exclusivamente cristã — embora tanto o cristianismo quanto o judaísmo tenham como ponto comum de origem uma mesma peregrinação: a partida de Abraão rumo à “terra prometida”, experiência paradigmaticamente revivida na mística das Romarias da Terra. Grandes religiões mundiais, como o Islamismo e o Budismo, não obstante seu aparato racionalizador em diferentes medida e direção, têm nas peregrinações e procissões um ponto alto. Além delas, religiosidade com conteúdo tão diverso quanto a dos povos Guarani, por exemplo, investiram de significado simbólico suas peregrinações rumo à “terra sem males”.

Entretanto, marchas, peregrinações, romarias não se revestem exclusivamente de significado religioso, como a marcha nacional dos sem-terra atesta. Elas estão presentes em diferentes partes do planeta, servindo aos mais diversos fins: religiosos, políticos, pacifistas, militares, de conquista e de libertação, pela manutenção da ordem¹⁴ e por sua subversão. Como nos fatos sociais totais, nelas muitas vezes essas delimitações embaralham-se. Nas romarias da terra no Brasil assim como nas procissões que demarcam o território protestante e católico nas cidades irlandesas, por exemplo, a fronteira entre o religioso e o político perde a nitidez. Esse fenômeno talvez indique a necessidade de se repensar a adequação de algumas distinções analíticas consagradas.

A “grande marcha do sal”, organizada por Gandhi, em uma cruzada pacífica pela libertação da Índia; a “grande marcha”, de caráter militar, organizada por Mao Tsé Tung, na China; a marcha promovida por Martin Luther King, a favor dos direitos civis da população negra americana; a “Coluna Prestes”, empreendida pelos tenentistas brasileiros no início do século são uns poucos exemplos da diversidade de que se reveste essa manifestação coletiva. Estaríamos diante de uma forma social elementar, uma pura forma capaz de revestir os mais diversos conteúdos? Uma forma que, por ser passível de ser preenchida por conteúdos variáveis pode assumir tanto a feição de um cortejo fúnebre mais ou menos solene revestido do caráter de comoção nacional ou a de um desfile carnavalesco eminentemente festivo. Essa diversidade apresenta um amplo espectro de possibilidades comparativas, cuja seleção

deverá ser subordinada e limitada pelas características específicas que a descrição e interpretação da Marcha Nacional haverão de apontar. A investigação desse evento particular e específico pode favorecer, sob a inspiração da teoria dos rituais, uma compreensão não só do MST enquanto ator social como da sociedade brasileira contemporânea; além disso, a universalidade de sua forma elementar aponta para a possibilidade de, ao se estudar uma manifestação concreta, realizar uma contribuição teórica para a compreensão dos rituais enquanto fenômenos sociais fundantes.

NOTAS

¹ Christine de Alencar Chaves é pesquisadora do NUAP e professora da UFPR.

¹ Nesse sentido é possível dizer que a marcha se consitiuiu em um rito *simpática*, em duplo sentido: o do senso-comum e o técnico, ou seja, ao evocar eventos semelhantes transferiu, por similitude, representações latentes legitimadoras.

² Para uma discussão a respeito da aplicação do conceito de linhagem à ‘comunidade dos antropólogos’, assim como para uma abordagem mais ampla da relação entre teoria e pesquisa na tradição antropológica, consultar Peirano, 1995.

³ Uma parcela significativa dos líderes e dirigentes mais antigos do MST, que determinam sua direção política, teve passagem por alguma dessas pastorais. Diolinda Alves dos Santos e José Rainha Júnior, por exemplo, participaram de CEBs; ele teve ainda experiência como líder de sindicato rural, no Espírito Santo.

⁴ A título de exemplo: Frei Betto, monge dominicano, e Frei Sérgio, frade franciscano, assumem essa função.

⁵ O MTST é uma organização dissidente, com presença expressiva particularmente no estado de Minas Gerais. O massacre que vitimou sem-terras em Corumbiara, Rondônia, atingiu um acampamento dissidente do MST. Em episódio recente de violência de sem-terras contra fazendeiros no Paraná, os protagonistas, assim como a própria organização do acampamento não tinham vínculo com o MST.

⁶ Um exemplo dessa ampliação é a constituição de um setor de educação no MST. Um dos mais ativos setores do movimento, tendo recebido prêmio da UNICEF, assume como princípio: “educação de qualidade para todos, uma das lutas do MST”. Apresenta uma proposta pedagógica comprometida com “a construção desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais

sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas". Em resumo, "a educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher" (*Caderno de Educação n. 8*).

⁷ De modo que é possível aos líderes do MST conclamarem os demais "sem" - sem-teto, sem-alimento, sem-emprego - a organizarem-se, como fez João Pedro Stédile recentemente.

⁸ "O termo 'sem-terra' foi um apelido popular dado a uma classe social que vive no campo, que os sociólogos chamam de camponeses, que trabalham a terra sem ser proprietários dela. Essa classe está dividida em várias categorias sociais de distintos tipos de trabalhadores rurais, conforme a forma como participam na produção. Assim, estão incluídos como 'sem-terra' as seguintes categorias: parceiro, arrendatário, possôiro, assalariado rural, pequeno agricultor, filhos de pequenos agricultores". (Stédile & frei Sérgio, 1996)

⁹ Jonh Cunha Comeford, em sua dissertação de mestrado faz uma instigante interpretação de reuniões, em geral, e, em particular, em assentamentos rurais. Tratando-as como rituais, mostra como elas são eventos que configuram uma sociabilidade própria, formam a coesão do grupo e constituem-se em arenas de regulação de disputas. É particularmente interessante o fato de que nas reuniões verificam tensões que lhes são constitutivas: entre a autonomia das unidades familiares e a interdependência que se procura criar através da associação; entre a ordem regrada, hierárquica do evento público e o igualitarismo e informalidade do evento comunitário. Além disso, a demonstração de que, encarnando uma proposta de realização democrática, as reuniões são um lugar de produção e estabelecimento de relações de poder e autoridade. Comeford explora pouco o fato de que a frequência dos associados às reuniões e sua regularidade é uma expressão de força e organização da Associação para dentro e para fora, o que tem repercussões importantes em termos da eficácia que lhes é atribuída. Outro elemento pouco explorado é o caráter "religioso" que as reveste, em sua própria regularidade, e no sentido moral do compromisso com a Associação, o que o levaria a buscar as motivações ideais que coordenam o empenho na construção do grupo: as reuniões não são um modelo que se auto-impõe.

¹⁰ Mote da *Marcha Nacional*.

¹¹ O testemunho de um padre que atuou na Encruzilhada Natalino é eloqüente: "Essa é a explicação que eu daria também pras procissões. Constantemente, o pessoal pede procissão, e a gente vê bem porquê, é porque a procissão com o povo carregando a cruz, rezando e cantando, isto firma novamente o compromisso de seguir em frente, todos juntos até alcançar a terra... A grande tentação na qual recaem é a acomodação individualista e até rezas somente individualistas. Diante disto as constantes procissões e celebrações

e revisões concretam a amarração interna do povo e a caminhada do acampamento. Pra eles isso dá uma certeza. Porque duas coisas eles sabem dizer: é Deus está conosco, e que nós se ficarmos unidos vamos conquistar a terra". (Méliga & Janson, 1982: 90).

¹² Entre elas, a Procissão do Círio de Nazaré, em Belém, as romarias a Aparecida do Norte, São Paulo, a Juazeiro do Norte, no Ceará, a Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a São Francisco de Canindé, no Ceará, a São José Ribamar, no Maranhão, a Santo Cristo do Ipojuca, em Pernambuco, a Trindade, em Goiás, além da Romaria de Nossa Senhora, em Minas Gerais, de Nossa Senhora da Penha, no Espírito Santo, de Bom Jesus do Pirapora, em São Paulo e de Nossa Senhora Medianeira, no Rio Grande do Sul (Barros & Peregrino, 1996: 16).

¹³ Há controvérsias quanto ao local e data da primeira realização da romaria da terra. A primeira delas teria dado início, em 1978, ao *Ano dos Mártires*, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Uma sugestão de D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Miguel do Araguaia, Tocantins, o Ano dos Mártires foi inaugurado pela romaria da terra no local onde "São" Sepé Tiaraju morreu, com 1.500 outros, combatendo por terra (Barros & Peregrino, 1996: 20-23). Em 1978, e segundo alguns testemunhos já em 1977, ocorreu a *Missão da Terra*, que daria lugar à romaria da terra, no tradicional Santuário de Bom Jesus da Lapa, BA (Steil, 1996: 275-6). Seja como for, inúmeras romarias passaram a ser anualmente realizadas em vários estados brasileiros, quase sempre sob coordenação da Comissão Pastoral da Terra, a CPT. Como uma entidade ecumênica, a CPT tem enfrentado o desafio de emprestar uma feição ecumênica à romaria - uma manifestação religiosa que na tradição cristã tem a marca do catolicismo.

¹⁴ Basta lembrar a "Marcha com Deus, pela família e pela propriedade", organizada pela Igreja Católica brasileira pouco antes da eclosão do Golpe Militar de 1964, sendo comumente apresentada como um dos suportes legitimadores do novo regime.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, M. e Peregrino, A. 1996. *A festa dos pequenos: romarias da terra no Brasil*. São Paulo, Paulus.
- Camargo, A. de A. 1986. "A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)". In: História Geral da Civilização Brasileira, vol. III: *O Brasil Republicano — Sociedade e Política (1930-1964)*. Organizada por Boris Fausto. São Paulo, Difel.

SINDICATOS, SOCIABILIDADE E PODER: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES RURAIS

John Cunha Comerford*

I

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais são hoje encontrados em um grande número de municípios pelo Brasil afora. Possivelmente a maioria dos trabalhadores rurais (assalariados rurais, parceiros, pequenos produtores, posseiros, colonos, seringueiros, etc), ao menos sabe de sua existência e tem alguma idéia de suas finalidades. Também os patrões dos trabalhadores rurais geralmente sabem da existência e funções desses sindicatos, bem como da ameaça que podem em algumas circunstâncias representar para os seus sistemas de regulação e controle do trabalho. Os sindicatos de trabalhadores rurais agrupam-se em federações estaduais presentes em todos os estados da federação, e em uma confederação (a maior confederação sindical, em termos de número de sindicatos e de sindicalizados)¹. Os governos municipais, estaduais e federal em muitas circunstâncias têm os sindicatos, federações e confederação como interlocutores, opositores, ou “parceiros” no que diz respeito às políticas dirigidas para o campo e para os trabalhadores rurais². Todo esse considerável aparato e esse reconhecimento social foram construídos ao longo dos últimos trinta e cinco anos, e marcam um contraste apreciável com relação à situação anterior³.

O surgimento e consolidação do sindicalismo de trabalhadores rurais não pode ser dissociado dos processos de transformação que deslocaram de maneira significativa as relações sociais no campo, especialmente aquelas que ligavam trabalhadores e grandes proprietários rurais (que eram fundamentais para todo um conjunto de formas de sociabilidade “tradicionais”). Esses deslocamentos se deram tanto nas relações que vinculavam grandes proprietários e trabalhadores residentes no interior das fazendas, como nas que vinculavam os grandes proprietários e comerciantes aos trabalhadores com pequenas posses ou propriedades marginais aos grandes domínios rurais. As próprias relações dos camponeses entre si, e as relações dos camponeses com as “autoridades” sofreram alterações concomitantes. O surgimento e

- Comerford, J. C. 1996. *Reunir e Unir: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, dissertação.
- Fernandes, F. 1981. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Geiger, L. I. G. 1987. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem-Terra no Sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis, Vozes.
- Leal, V. N. 1975. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Marconi, T. 1997. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo, Ediupf.
- Méliga, L.D. e Janson, M.C. 1982. *Encruzilhada Natalino*. Porto Alegre, Vozes.
- Peirano, M. 1995. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- _____. 1997. *Religião e política nas histórias teóricas das ciências sociais*. Trabalho apresentado na mesa-redonda “Religião e Cultura”, Seminário Max Weber, Departamento de Sociologia, UnB, 22-27 de setembro de 1997. A sair em *A Atualidade de Max Weber*, Ed. Jessé Freire, Editora da UnB.
- Reis, E.P. 1982. “Elites Agrárias, Stante-Building e Autoritarismo”. In: *Dados*, vol.25, nº3.
- _____. 1988. “Mudança e Continuidade na Política Rural Brasileira”. In: *Dados*, vol.31, nº2.
- Stédile, J. P. e Sérgio, Frei. 1993. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo, Scritta.
- Steil, C. A. 1996. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa*. Petrópolis, Vozes.
- Tambiah, S. J. 1985. *Culture, thought and social action*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. 1996. *Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. California/London, University of California Press.

consolidação dos sindicatos vincula-se, por um lado, às tensões, dramas e lutas implicadas nesses processos de reconfiguração das relações sociais no campo⁴.

Por outro lado, a construção do aparato sindical de trabalhadores rurais relaciona-se ao processo de formação do Estado. As relações de trabalho rurais e os conflitos trabalhistas, os conflitos fundiários, as questões de política agrícola, a extensão da assistência/previdência social ao campo, a ocupação de territórios nas regiões de fronteira, os grandes projetos de desenvolvimento, foram em diferentes circunstâncias e momentos, e por diferentes vias, construídos questões socialmente importantes. Os grupos que têm interesse em ocupar, transformar e desenvolver o aparato estatal precisam necessariamente dar forma e respostas a essas questões. Essas respostas envolvem a multiplicação dos pontos de inserção do Estado e uma ampliação de sua capacidade de organizar relações, através entre outras coisas da construção de uma legislação e de um aparato administrativo voltados para a organização dos sindicatos, bem como o estabelecimento de práticas rotineiras relativas aos sindicatos nas esferas judiciária, administrativa e política⁵. No caso específico dos trabalhadores rurais, é importante notar que há algumas características diferenciadoras em relação aos sindicatos operários urbanos, seja pelas peculiaridades do trabalho na agricultura e dos modos de regulação desse trabalho, seja pelas diferenças históricas decorrentes da dinâmica das lutas em cada caso⁶.

Ao mesmo tempo, o surgimento do sindicalismo entre os camponeses está associada ao processo de construção da identidade de “trabalhador rural”, o que pode em algumas circunstâncias dar origem também a um certo “espírito de corpo”, através da definição de uma fronteira social por oposição ao grupo dos “patrões” e “fazendeiros” e por analogia a outros grupos reconhecidos e categorizados pelas classificações estatais⁷.

Este projeto propõe um estudo etnográfico sobre os sindicatos de trabalhadores rurais em uma região (a Zona da Mata de Minas Gerais), orientado pelo seguinte conjunto de questões ou hipóteses, surgidas a partir de pesquisas anteriores sobre o tema e da revisão da bibliografia pertinente:

1) *O sindicato como corporação e como introdutor de mecanismos relativamente “impessoais”*: de acordo com uma extensa bibliografia, a

formação social brasileira é marcada pela importância das “relações pessoais”, de caráter hierárquico e particularista. Há também, por outro lado, uma bibliografia que analisa a importância das “relações diádicas” nas sociedades “rurais” e seu peso na conformação de sistemas clientelísticos e de patronagem. Mas a predominância dessas relações “pessoais” ou “diádicas” e “hierárquicas” não impede que haja esferas ou espaços em que predominam relações corporativas (no sentido de “grupos corporados”, tal como os antropólogos usam essa expressão) relativamente igualitárias, ou marcadas por uma hierarquização baseada em critérios próprios distintos dos que caracterizam a hierarquia social mais abrangente, como sugere Freeman (1987) para o caso da Espanha. Isso poderia trazer como consequência a possibilidade de contraposição ou de complementação entre relações estabelecidas de um ponto de vista mais “corporado” e aquelas estabelecidas de um ponto de vista mais pessoal e particularista. A partir de experiências de pesquisa com Sindicatos de Trabalhadores Rurais, uma das hipóteses que esta pesquisa pretende investigar é que esses sindicatos (assim como possivelmente outras instituições sociais bastante diversas, tais como irmandades religiosas, associações rurais ou de bairro, ou mesmo, em um plano informal, os padrões de interação dos “grupos de companheiros” que trabalham juntos, etc) constituem uma dimensão “corporada” e relativamente igualitária, consubstanciada em determinadas formas de sociabilidade e representações sociais, que contrasta com as (diversas ordens de) relações predominantemente “pessoais” e hierarquizadas.

Por outro lado, se pensarmos que há iniciativas e instituições que tendem a estabelecer mecanismos e relações relativamente “impessoais” — como os mecanismos estabelecidos pelas agências estatais, malgrado as relações particularistas e clientelistas que também atravessam essas agências — que são menos colados aos (diversos) circuitos de troca e obrigações morais estabelecidas de modo particularizado nas interações sociais, veremos que um dos aspectos das atividades dos sindicatos nessas áreas rurais é justamente a inserção de mecanismos relativamente “impessoais” em algumas esferas que antes se organizavam na ausência desses mecanismos. Tanto no sentido de constituir um “grupo corporado” como no sentido de agir no sentido de criar mecanismos relativamente “impessoais”, o sindicato coloca-se como um “corpo es-

tranho” em meio a certas relações estabelecidas (como a relação patrão/fazendeiro — trabalhador/morador)⁸.

2) *O sindicato como “autoridade” e sua relativa externalidade em relação à “comunidade”*: nas pequenas cidades, em muitas circunstâncias, os sindicatos — ou mais precisamente os dirigentes que o encarnam — são reconhecidos socialmente como “autoridade”. Os dirigentes sindicais (especialmente o presidente) são colocados em um mesmo plano geral, aproximadamente, que outras autoridades do município, como o prefeito, o delegado, o juiz, o padre, os vereadores, os secretários municipais, etc. Há uma expectativa quanto ao seu poder de “resolver problemas”, e, como o delegado ou o juiz de paz em outros tempos, os dirigentes sindicais são chamados a interceder junto a patrões poderosos, dirimir conflitos entre vizinhos, resolver problemas entre trabalhadores e outras autoridades, interceder a favor de comunidades, ou simplesmente dar conselhos. A posição do sindicato como “autoridade” parece ser concebida de maneiras diversificadas, pelos próprios dirigentes, pelos trabalhadores membros do sindicato, por trabalhadores que não são membros, por militantes, por assessores, e mais sistematicamente por juristas e outros especialistas presentes em órgãos estatais. Uma conceptualização importante com conseqüências em vários planos é a do sindicato como órgão de *tutela* sobre os trabalhadores, tal como é feita na literatura jurídica sobre o tema.

Uma decorrência da representação do sindicato como autoridade é que os dirigentes assumem uma certa distância em relação aos demais trabalhadores rurais (implicando a necessidade de mecanismos que permitam estabelecer pontes que superem essa distância), constituindo uma posição relativamente “externa” à “comunidade”. Os dirigentes pertencem, de certo modo, a um mundo que está fora do alcance dos trabalhadores que eles “representam”, regido por normas distintas e povoado por personagens distantes do mundo cotidiano dos trabalhadores rurais. Mas sua posição é muito ambígua, pois esses dirigentes são também membros da comunidade local, parentes, amigos e compadres dos trabalhadores “de base”, sujeitos também aos circuitos de trocas e às obrigações e julgamentos morais que vinculam as pessoas nesse mundo social, participando das interações e formas de sociabilidade cotidianas na arena “local”. Os dirigentes, em diferentes momentos de suas carreiras, estão presos em diferentes graus a esses circuitos

“locais”, sua posição assumindo um maior ou menor grau de “externalidade”.

3) *O sindicato, as “grandes questões”, e a “pequena comunidade local”*: o sindicato aborda temas e questões que são geradas e assumem sentido na esfera “nacional” ou mesmo “internacional”, ou seja, trabalha com representações produzidas por agentes específicos inseridos, por exemplo, no aparelho de estado, em organismos internacionais, em agências eclesiais ou civis situadas em esferas mais “centrais” da sociedade nacional. Nesse sentido, juntamente com outras instituições (como a Igreja e suas “comunidades de base”), os sindicatos trazem para o seio das “comunidades locais” algumas das “grandes questões” presentes mais amplamente na sociedade nacional. A posição ambígua dos dirigentes sindicais parece permitir “internalizar” algumas dessas questões na “pequena comunidade”, de modo que algumas dessas representações são incorporadas ao cotidiano dos agentes “locais”, em um processo de duas mãos através do qual essas representações assumem novos significados (por vezes talvez surpreendentes para os produtores iniciais dessas representações, dado que passam a fazer parte de outros conjuntos de representações) e são inseridas em problemas e disputas localizados, de modo que algumas questões “locais” são reconceptualizadas, com conseqüências para as relações sociais no seio da “comunidade local”.

4) *O mundo sindical e suas “pequenas comunidades”*: a construção dos sindicatos parece gerar também novas “pequenas comunidades”, no interior do próprio mundo sindical. Os personagens desse mundo particular — dirigentes, militantes, assessores, advogados, agentes religiosos — originários de diversos contextos diferenciados, encontram-se amiúde, trabalham em conjunto, afinam sua linguagem, aproximam-se ou distanciam-se em função dos conflitos e alianças “sindicais”, e acabam por enredar-se estabelecendo relações “pessoais”, que envolvem obrigações, laços de confiança, laços afetivos, trocas informais de informações confidenciais, formas de julgamento ético, e assim por diante. O poder, no mundo sindical, também passa pela inserção nessas “comunidades” ou redes e pelo bom domínio das formas de sociabilidade e padrões de interação aí existentes.

5) *A formação dos quadros sindicais*: os dirigentes sindicais chegam a ser o que são através de um longo processo, que abrange bem mais do que simplesmente os mecanismos “formais” de “capacitação”.

Ao envolver-se nas atividades sindicais, adquirem um “saber-fazer” bastante específico, uma linguagem própria, internalizam representações (as categorias da política sindical, por exemplo) e esquemas de ação, desde os mais cotidianos e automatizados até os mais específicos e conscientes. Além disso, é nesse mesmo movimento “formativo” de inculcação de categorias e formas de agir que os quadros sindicais constroem as suas redes de relações no interior do mundo sindical e em suas margens, e reconfiguram suas relações na “comunidade local” de origem.

6) *As lutas pela definição dos limites do campo sindical*: aquilo que pertence ao campo sindical não está dado de antemão; as referências legais e as concepções sistematizadas de sindicato (especialmente pelos juristas) têm um grande peso, mas é através de processos concretos de luta que os objetos de disputa, as questões legítimas, os procedimentos aceitos, as normas de sociabilidade, vão se construindo e precipitando as especificidades desse mundo social. Posto de outro modo, as lutas pelo domínio sobre a esfera sindical no campo, que em certas circunstâncias podem adquirir grande peso social e movimentar “paixões” importantes, são ao mesmo tempo lutas pela definição dos limites dessa esfera e não se dão num vazio de relações sociais; não estão organizadas em torno de um conjunto de regras *a priori* bem definidas, que orientem as disputas de acordo com parâmetros “sindicais” claros e reconhecidos igualmente por todos. Diferentes princípios são acionados em diferentes circunstâncias, diferentes formas de capital social são colocadas em jogo, diferentes modos de operar as relações sociais são cruzados, ainda que sempre haja um “acordo mínimo” dado, por um lado, pela existência de regras formais em relação ao sindicato impostas pela autoridade do Estado e, por outro lado, pela existência de práticas e representações cristalizadas informalmente ao longo de uma história relacionada ao sindicato (inclusive uma história “local”). Assim, religião, família, comunidade, amizade, política, e ainda outros domínios/princípios podem ser invocados e envolvidos nas disputas do campo sindical, e os conflitos surgidos no âmbito de cada um desses domínios podem também se cruzar e imbricar com os conflitos e lutas sindicais⁹. Além disso, também é preciso levar em conta os interesses de grupos específicos de especialistas, como os advogados trabalhistas¹⁰ e os agrônomos.

Assim, a esfera sindical não se configura de uma vez por todas, nem da mesma maneira em todos os lugares (comunidades, municípios, regiões, estados, países). Trata-se sempre de processo em andamento, que dá origem não a um padrão invariante, mas a uma distribuição. Essa distribuição ou variabilidade provavelmente tende a ser homogeneizada, progressivamente conforme nos aproximamos das instâncias mais amplas do aparato sindical e das esferas de elaboração e decisão judiciária, administrativa e legislativa¹¹, e reorganizada de acordo com as categorias pertinentes às lutas, disputas e regras que caracterizam essas esferas (categorias que “passam” para algumas análises a respeito de sindicalismo rural e do sindicalismo em geral)¹².

7) *Contradições sociais, dramas vividos e organizações*: a análise do sindicato deve levar em conta que em grande medida a fonte da “energia social” que move esses sindicatos são as contradições e dramas vividos pelos que compõem a sua “base”. Nesse sentido, é preciso levar em conta a presença de tensões explícitas e latentes nas relações sociais. Ao que parece, os dirigentes sindicais estabelecem o seu espaço através do trabalho sobre essa “matéria prima”, construindo as tensões difusas como questões explícitas de acordo com uma certa linguagem, e agindo de forma a intervir (com senso de oportunidade) nos dramas sociais que surgem cotidianamente (ou seja, lidar com problemas concebidos como de ordem pessoal, da ordem da saúde, do trabalho, da moral, ou ainda de ordem étnica ou religiosa). Essa consideração deve estar na base da análise de como as diferentes questões e os diferentes setores da população (ou, em outra perspectiva, as diferentes “comunidades” ou redes sociais localizadas) vão sendo, ou não, incorporados aos limites do campo de ação “sindical”, a através de que canais.

8) *Os sindicatos e outros produtores de representações*: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais concorrem com e/ou se aliam a outras organizações que pretendem representar ou corporificar seja os “trabalhadores rurais”, seja os “produtores rurais”, seja a “área rural”, a “agricultura”, a “agricultura familiar”, ou ainda a “região”. Nesse sentido, participam de um campo que produz representações a respeito da “agricultura” e do “rural” — que inclui por exemplo as organizações patronais (como os Sindicatos Rurais), ONGs, universidades, agências do Estado, etc — e a respeito da “região” e do “regional”. Além disso, fazem parte também do campo que produz representações sobre o “trabalho” e os

“trabalhadores” (que abrange por exemplo os sindicatos urbanos ou outras organizações de trabalhadores).

9) *A política e o sindicato*: as associações sindicais e a política tal como ela é concebida nas “pequenas cidades” parecem pautar-se por critérios e formas de ação consideravelmente distintos. No entanto, possivelmente em função mesmo do fato de que em muitas circunstâncias os dirigentes sindicais são vistos como “autoridades”, muitos deles têm transitado para a esfera da política, por vezes com sucesso (suficiente inclusive para que os sindicatos adquiram peso municipal e regional na política). Cabe investigar as tensões geradas nesse processo (como por exemplo as “desconfianças” lançadas sobre os dirigentes sindicais que seguem esse caminho) e seus efeitos sobre uma e outra esfera: saber se tende a haver uma transformação mútua, ou uma incorporação (algo como uma deglutição) do sindicato pela política (o contrário parece menos provável).

A legislação sindical e as orientações administrativas em relação ao sindicato sempre enfatizaram a necessidade de separar sindicato e política. A independência do sindicato diante da política (e da religião) tornou-se, em função de circunstâncias históricas e escolhas táticas e estratégicas, algo enfatizado por um setor importante do sindicalismo de trabalhadores rurais (o sindicalismo “contaguiano”). A Igreja, também, procurou inicialmente separar sindicato e política no contexto de sua competição com os militantes comunistas pela apropriação do aparato sindical de trabalhadores rurais que se criava no início dos anos sessenta. Mais para frente, a Igreja das CEBs e da CPT, envolvendo-se com os sindicatos de trabalhadores rurais, procurava diferenciar a política “menor”, com a qual os sindicatos não deveriam se envolver para não se descaracterizar, da “política com P maiúsculo”, que os sindicatos deveriam ter como uma de suas preocupações centrais, e propunha o sindicato como uma face complementar do partido político na luta pela cidadania dos trabalhadores (a tríade comunidade-sindicato-partido). No entanto, aparentemente a política sempre teve importância para esses sindicatos e sempre esteve implicada na configuração do “campo sindical” entre os trabalhadores rurais, seja a “política local” (sempre uma dimensão importante da vida dos municípios do interior, na qual dirigentes e “base” sindicais estão “naturalmente” envolvidos) seja a “grande política”.

II

Tendo como perspectiva esse conjunto de questões ou hipóteses, formuladas aqui de modo genérico, a pesquisa pretende estudar uma situação específica, a dos sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais. Essa região caracteriza-se em termos econômicos pela presença de uma agricultura diversificada, com destaque para o café e o leite, mas também as “lavouras brancas” (milho, arroz, feijão), a fruticultura, a cana em alguns municípios, o reflorestamento em outros, e pela presença importante de pequenas e médias propriedades. A parceria é uma forma comum (nas áreas de café, especialmente), além do trabalho familiar e do trabalho assalariado em culturas como a cana e o café. Há municípios com uma presença importante de pequenas e médias indústrias, além de um pólo industrial (Juiz de Fora). Há casos em que o trabalho de membros das famílias dos agricultores (as mulheres) para essas pequenas indústrias talvez constitua uma fonte importante de renda (como parece ocorrer em Muriaé). A migração para os centros urbanos do Sudeste foi e é importante para os trabalhadores rurais da região, muitos dos quais parecem ter passado ao menos algum período de sua vida em uma desses centros (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Volta Redonda, a depender da época da migração e da comunidade de origem).

Essa região, bem como outras regiões próximas em Minas e no Espírito Santo, é objeto há anos de intervenções e programas do Estado, como no caso dos programas de erradicação e renovação de cafezais nas décadas de sessenta e setenta, que parecem ter tido grande impacto, bem como programas de extensão rural e florestal, e programas regionais específicos de desenvolvimento, como o PRODEMATA. Mais recentemente, no clima geral de “desmonte” de certas agências do Estado, esse tipo de “programa” parece ter se tornado menos evidente.

Nessa região, há muitos municípios sem Sindicato de Trabalhadores Rurais, e alguns poucos com sindicatos antigos. Vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram fundados nas décadas de oitenta e noventa a partir sobretudo do esforço de um grupo mais ou menos delimitado de agricultores (pequenos produtores, muitos deles jovens) de vários municípios da região que vinham de uma participação em um movimento de cunho religioso promovido pela Igreja Católica local (o Movimento da Boa Nova, MOBON), nas comunidades de

base, e nas Escolas-Família Agrícolas (também ligadas à Igreja). O trabalho da Comissão Pastoral da Terra, em alguns municípios, e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), em outros, também foi um elemento catalisador desse surgimento. Esses sindicatos articulam-se em uma organização regional, que têm uma face de organização civil formal, e também fazem parte do Pólo Sindical da Zona da Mata, instância da FETAEMG, que é mais abrangente do que a articulação anteriormente referida. Eles opõem-se a outros poucos sindicatos também existentes da região, considerados pelos dirigentes desse primeiro grupo como “fracos”, “pelegos”, ou “assistencialistas”.

Além dos sindicatos, há na região uma presença importante de Associações Comunitárias, patrocinadas pelos mais diversos agentes vinculados de alguma maneira ao mundo “rural”, desde as prefeituras, a empresa de assistência técnica (EMATER), algumas ONGs, ou os próprios sindicatos. Essas associações têm dimensões e atividades muito diversificadas. Além disso, há as cooperativas de produtores rurais, também com dimensões e atividades variadas. Aparentemente, organizações ligadas especificamente à luta pela terra, como o MST ou afins, não têm priorizado aquela região, na qual não há até agora assentamentos ou acampamentos. Os Sindicatos Rurais (patronais) também estão presentes e “disputam a base” com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em alguns municípios.

A partir de fins da década de oitenta, alguns dirigentes sindicais de trabalhadores rurais lançaram-se candidatos, com algum sucesso (há uma ex-presidente de sindicato que é vereadora, um ex-presidente de sindicato que é vereador, e alguns outros casos, inclusive de dirigentes que se tornaram secretários municipais de agricultura). Por outro lado, os sindicatos participam de Conselhos Municipais (de saúde, agricultura, etc), e alguns deles desenvolveram vínculos com Organizações Não Governamentais voltadas para a área rural da região (especialmente o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata), que por sua vez estabelecem pontes com universidades da região (a Universidade Federal de Viçosa) e organizações internacionais. Pelo lado propriamente sindical, os dirigentes da região participam de instâncias estaduais (a FETAEMG), e nacionais (uma dirigente da região foi candidata a vice-presidente nas últimas eleições da CONTAG). Destaca-se também o

trabalho desenvolvido pelos sindicatos da região com a “questão das mulheres” (a mesma dirigente, que foi eleita vereadora, teve também um papel de destaque nas Comissão Nacional de Mulheres ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Cabe observar que, quando se fala de “região”, é preciso um certo cuidado. Há diversas “regionalizações” não-coincidentes em jogo (a “Zona da Mata” do governo do estado não é a mesma da FETAEMG, que não é a mesma da articulação sindical local, que não coincide com a divisão das dioceses da Igreja, e assim por diante). Além disso, é importante ter em mente que não se busca uma unidade homogênea, mas um campo de variação (Barth, 1995). Cada um dos diferentes sindicatos certamente apresenta uma combinação única de fatores com relação a cada uma das questões levantadas pelo projeto, e a análise comparativa dessa variação poderá ser bastante reveladora.

III

Na pesquisa aqui proposta, o que se pretende é estar atento às questões e dilemas que se colocam para os próprios atores sociais, investigando-as em campo através da observação direta do cotidiano e de eventos extraordinários, de entrevistas, e da coleta de registros escritos dos mais diversos tipos. Essas questões e dilemas, as circunstâncias e condições de seu surgimento, e os dramas sociais em que estão inseridos, ficarão mais claros à medida em que se desenvolve a pesquisa, e serão interpretados em relação às problemáticas (ainda excessivamente genéricas e “abertas”) apresentadas no início deste projeto. Algumas perguntas bastante gerais podem servir para iniciar as investigações. Por exemplo: quais foram as condições sociais de possibilidade e as circunstâncias propiciadoras do surgimento dos quadros sindicais que fundaram os sindicatos na região nas décadas de oitenta e noventa? A que outros agentes eles se opuseram e se opõem? Como se estabelecem se dão essas oposições? A quais dilemas e questões vividos pela população da região os sindicatos puderam dar forma e expressão? Que formas de sociabilidade são atualizadas ou criadas por essas entidades? Como os dirigentes sindicais exercem o seu poder? Que novas configurações foram geradas nas “comunidades locais” (ou em algumas delas) pela inserção dos sindicatos na trama das relações locais? Qual o papel dos

sindicatos na configuração ou reconfiguração da noção de “comunidade”, acionada por diversos atores para se referir aos mais diversos “objetos” nessa região? O que a experiência dos sindicalistas dessa região com a “política eleitoral” nos dizem a respeito da relação entre as esferas sindical e política? Quais as explicações para as variações com relação a essas experiências, no caso de diferentes municípios? Quais os mecanismos de inserção e os efeitos de certas representações (produzidas originalmente por especialistas de diversos tipos) que o trabalho dos sindicatos ajudou a transformar em referências presentes ao nível “local”, tais como a noção de “agricultura familiar” ou “relações de gênero”? De que forma as representações e formas de ação relacionadas com a concepção de tutela (sobre os trabalhadores, vistos como necessitados de tutela) moldam o trabalho dos sindicatos e as relações entre dirigentes e “base”? Quais as transformações e dilemas que os sindicatos dessa região vêm enfrentando, dadas as novas configurações da “questão social” (com a progressiva erosão da legitimidade das formas de regulação estatal e sindical sobre as relações de trabalho — que na área “rural” mal haviam sido “reguladas”) e da “questão agrária” (com a renovada mobilização em torno da questão da terra e a sua presença na grande imprensa, e com as transformações da política agrícola e dos mercados de produtos e de trabalho, mudanças nos padrões migratórios da população rural da região, as novas tentativas de representar e enquadrar a “agricultura familiar” e a legitimidade adquirida pela questão do meio ambiente)? Por que na região em foco, parece haver poucas mobilizações recentes em torno da questão da terra, por exemplo, que em outras regiões do estado são foco privilegiado de atenção de alguns sindicatos?

Espera-se que com o andamento do trabalho de campo, essas questões, ainda excessivamente gerais, assumam contornos mais definidos, de modo que se possa fazer escolhas estratégicas de pesquisa, ou seja, selecionar dramas sociais, mecanismos de ação e representações sociais específicos que possam ser analisados de maneira produtiva. Isso será possibilitado através do estabelecimento de relações entre o pesquisador e os agentes que povoam os mundos sociais investigados, especialmente dirigentes e assessores dos sindicatos da região (bem como de instâncias sindicais estaduais e mesmo nacionais), trabalhadores das “bases”, seja aqueles mais próximos do trabalho sindical, seja os que se encontram praticamente fora do alcance desse trabalho, agentes de ins-

tituições religiosas (como os religiosos ligados ao MOBON e à CPT), de agências do Estado (prefeituras, extensão rural), ONGs que atuam na região, etc. Para isso, a intenção é fazer inicialmente algo como um *survey*, com visitas a um número razoável de municípios da região (tanto os que possuem como os que não possuem sindicatos de trabalhadores rurais, e tanto os que têm sindicatos ligados ao grupo a que venho me referindo como os poucos que têm sindicatos de outras orientações), realizando entrevistas com alguns agentes chave (especialmente, dirigentes sindicais) e levantando alguns dados gerais. A partir disso, deverão ser escolhidos dois ou no máximo três municípios para um trabalho mais aprofundado.

NOTAS

¹ John C. Comerford é pesquisador do NUAP (MN/UFRJ) e doutorando do PPGAS, UFRJ.

² A CONTAG estima abranger cerca de 8 milhões de sindicalizados e mais de 3000 sindicatos (Ricci, 1994).

³ Veja-se por exemplo o caso do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores, implantado pelo governo federal no final da década de oitenta, voltado para os agricultores pobres do Nordeste. Esse caso é analisado por Novaes (1994).

⁴ Os “estudos de comunidade”, realizados nas décadas de cinquenta e sessenta mostram uma situação em que o sindicato não aparecia entre as autoridades locais. Ver por exemplo Willems 1961, Wagley 1958, Albersheim 1962, Shirley 1971, entre outros.

⁵ Ver a respeito dessas transformações Palmeira 1985, Palmeira e Leite 1997, Sigaud 1979, Moura 1988, Garcia Jr 1990, Herédia 1989, Martins 1990, entre outros.

⁶ Ver por exemplo Moraes Filho 1978, entre outros.

⁷ Palmeira, 1985.

⁸ Uma análise sobre esses aspectos, para o caso dos sindicatos de mineiros no norte da Inglaterra, é feita por Beynon e Austrin.

⁹ Ver por exemplo o trabalho de O'Dwyer (1988), que ao descrever eleições em um sindicato de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, mostra como esferas como a religião, as amizades, a participação comum em lutas pela terra, os contatos com autoridades e políticos, podem ter peso sobre as disputas e alinhamentos sindicais.

¹⁰ Ver Sigaud, 1994

¹⁰ Isso se dá não apenas de modo “intencional”, mas através de mecanismos como a transposição para a escrita, o enquadramento em linguagens “oficiais” de certas esferas, a “tradução” em categorias jurídicas e administrativas, etc.

¹¹ É o que acontece por exemplo com o trabalho de Boito Jr. (1991), que assume certas categorias organizadoras da disputa sindical como norteadoras da análise

BIBLIOGRAFIA

- Albersheim, Úrsula. 1962. *Uma Comunidade Tuto-Brasileira* (Jarim). Rio de Janeiro, INEP/CBPE.
- Bailey, F. G. 1971. *Gifts and Poison: the politics of Reputation*. Oxford, Basil Blackwell.
- Barth, Fredrik. 1995. *Comparative methodologies in the analysis of anthropological data*, Mimeo.
- Beynon, Huw e Austrin, Terry. 1995. *Masters and Servants: Class and Patronage in the Making of a Labour Organisation. The Durham Miners and the English Political Tradition*. London, Rivers Oram Press.
- Bloch, Maurice (org.). 1975. *Political Language and Oratory in Traditional society*. London, Academic Press.
- Boito Jr. 1991. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp/Hucitec.
- Boltanski, Luc. 1982. *Les Cadres — La formation d'un groupe social*. Minuit, Paris.
- Bourdieu, Pierre. 1980. *Le Sens Pratique*. Minuit, Paris.
- _____. 1989. *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa.
- _____. 1977. “Une classe objet”. *Actes de la Recherche*, nº17, 18, pp.2-5.
- Cerqueira, Regina Coeli. 1993. *Estratégias de Integração Agroindustrial: Os Agricultores Familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira*. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, dissertação de mestrado.
- CESE. 1996. *Sindicalismo Rural: Consultas Sindicais CESE: 1989-1990-1994*. Salvador, CESE.
- Chiarelli, Carlos Alberto. 1974. *Teoria e Prática do Sindicalismo Brasileiro*. São Paulo, Editora Limitada.
- Cintrão, Rosângela Pezza. 1996. *ONGs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata mineira*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, dissertação de mestrado.
- _____. e Comerford, John. 1995. *Articulação Sindical da Zona da Mata de Minas Gerais/ Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Nova Venécia*. Aparca, Espírito Santo. Relatório de pesquisa, versão preliminar. Convênio DNTR-CUT/AS-PTA.
- Comerford, John. 1996. *Reunir e Unir: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade*. Dissertação de mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ
- Costa, Luiz Flávio Carvalho. 1996. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/Editora da Universidade Rural.
- Da Matta, Roberto. 1979. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Durkheim, Emile. 1974. *Moral Cívica: Definição del Estado*. Em Lecciones de Sociologia. La Pleyade, Buenos Aires.
- Elias, Norbert. 1993. *O Processo Civilizador*. Volume II. Rio de Janeiro, Zahar.
- Freeman, Susan Tax. 1970. *Neighbors — The Social Contract in a Castilian Hamlet*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1987) *Egalitarian Structures in Iberian Social Systems: the contexts of turn-taking in town and country*. In American Ethnologist, 14, 3.
- Foucault, Michel. 1988. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Garcia Jr. Afrânio. 1990. *O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/Editora da UnB/CNPq.
- Geertz, Clifford. 1967. *Form and Variation in Balinese Village Structure in Peasant Society: a Reader*, Potter et al, eds. Boston, Little Brown.
- _____. 1980. *Negara: The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton, Princeton University Press.
- Greenfield, Sidney. 1972. “Charwomen, Cesspools, and Roadbuilding: an Examination of Patronage, Clientage, and Political Power in Southeastern Minas Gerais”. In Strickon, Arnold, e Greenfield, Sidney Eds., *Structure and Process in Latin America: Patronage, Clientage and Power Systems*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- Heredia, Beatriz. 1989. *Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.
- Maresca, Sylvain. 1981. “La Representation de La Paysannerie. Remarques ethnographiques sur le travail de representation des dirigeants agricoles”. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales* (38): 3-18 mai/1981.
- Martins, José de Souza. 1979. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. 1990. *Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes.

- Martins, José de Souza. 1989. *Caminhada no Chão da Noite*. Hucitec, São Paulo
- Mauss, Marcel. 1974. "Elementos para uma Teoria Geral da Magia". Em *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- Maybury-Lewis, Biorn. *The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Worker's Trade Union Movement, 1964-1985*. Philadelphia, Temple University Press.
- Medeiros, Leonilde. 1995. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, Unicamp. Dissertação de doutorado,
- Mercadante, Paulo. 1973. *Os Sertões do Leste: Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Moraes Filho, Evaristo de. 1978. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Moore, Barrington. 1983. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia — senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. 1987. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense.
- Moura, Margarida M. 1988. *Os Deserdados da Terra*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Novaes, Regina Reyes. 1994. *Nordeste, Estado e Sindicalismo: o PAPP em questão*. Rio de Janeiro, CEDI.
- O'Dwyer, Elaine Cantarino. 1988. *Da Proletarização Renovada à Reinvenção do Campesinato*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ. Tese de doutorado.
- Palmeira, Moacir e Herédia, Beatriz. 1995. "Os Comícios e a Política de Facções". Em *Anuário Antropológico 94*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Palmeira, Moacir. (s/d) *Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato: Primeiras Questões*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, mimeo.
- _____. 1985. "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: Paiva, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. e Leite, Sérgio. 1997. *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: Reflexões sobre a questão agrária*. Rio de Janeiro, Debates CPDA, CPDA/UFRJ.
- Ribeiro, Eduardo. 1992. *Fazenda Pica-Pau, Miradouro, Minas Gerais. Estudo sobre a comunidade, o trabalho familiar e o patrimônio de camponeses* Belo Horizonte, mimeo.
- _____. (s/d) *Fé, produção e política: experiências associativas de Minas Gerais* Belo Horizonte, REDE/CARITAS, mimeo

- Ricci, Rudá. 1994. "Terra de Ninguém: O Sistema Confederativo Rural em Crise". In: *Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 24 (1) Jan/Abr 1994.
- Shirley, Robert. 1977. *O Fim de uma Tradição*. São Paulo, Perspectiva.
- Sigaud, Lygia. 1979. *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Pulo, Duas Cidades.
- _____. 1994. "Direito e Gestão de Injustiças". *Antropologia Social — Comunicações do PPGAS*. Rio de Janeiro, MN/UFRJ
- _____. 1996. "Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos". *Estudos Históricos*, 1996-18.
- Stolcke, Verena. 1986. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense.
- Suaud, Charles. 1984. "Le Mythe de la Base: les etats generaux du developpement agricole et la production d'une parole paysanne". In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 52/53, 56-79.
- Swartz, Marc. 1968. *Local Level Politics*. Chicago, Aldine
- Tambiah, Stanley J. 1985. *Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective*. Cambridge, Harvard University Press.
- Thompson, Edward P. 1966. *The Making of The English Working Class*. New York, Vintage Books
- Turner, Victor. 1974. *Dramas, Fields and Metaphors*. Ithaca, Cornell University Press.
- Wagley, Charles. 1958. *Amazon Town: a study of man in the tropics*. New York, Macmillan.
- Weber, Max. 1992. *Economia Y Sociedad*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Willems, Emílio. 1961. *Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição*. São Paulo, Difel.

IMAGENS, CANDIDATOS E CAMPANHAS ELEITORAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE CAMPANHAS PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS E ARGENTINAS

Gabriela Scotto*

I. A PROBLEMÁTICA

Em minha dissertação de mestrado (Scotto;1994) realizei uma etnografia da campanha eleitoral de Benedita da Silva à prefeitura de Rio de Janeiro em 1992. Focalizei a análise, principalmente, no caráter simbólico dos produtos políticos que circularam durante a campanha considerando, que não são só propostas formais e programas de governo o que os partidos e candidatos oferecem aos eleitores para que estes escolham “racionalmente”. Oferecem-se também, e fundamentalmente, imagens, apresentações e representações sociais com as quais construir identificações e adesões (Bourdieu;1989).

Ao analisar alguns aspectos mais gerais da campanha no primeiro turno, uma das características que destaquei foi a importância que teria para um candidato ser “reconhecido” pelos eleitores¹. Um dos principais objetivos da “campanha de rua” será, precisamente, o de produzir esse “reconhecimento” e permitir o contato direto com os eleitores. Por sua vez, os panfletos distribuídos são um dos meios fundamentais pelos quais os candidatos se apresentam e tornam pública sua biografia (Scotto; 1996).

A análise de Roberto Da Matta (Da Matta,1981), — utilizando a distinção de Dumont entre dois princípios ideológicos de organização do social: o princípio hierárquico (característico das sociedades holistas, como a indiana) e o princípio igualitário (característico da sociedade ocidental moderna) — ajudou-me, naquela oportunidade, na compreensão e explicação dessa realidade. No caso brasileiro, Da Matta assinala como característica própria “a manutenção de um esqueleto hierárquico e complementar que convive com os ideais igualitários” (op.cit.:149), isto é, o sistema igualitário que define e estrutura o universo das relações impessoais, da universalidade legal, do público e anônimo, o universo dos indivíduos, coexiste fortemente enraizado com

um universo de relações regido pelo princípio hierárquico e globalizante, no qual, como escreve Da Matta: “...as relações não são vistas como unindo indivíduos ou camadas individualizadas, mas pessoas” (op.cit.:182). Deste modo, a noção de Pessoa — que define uma forma de conceber o universo social e de nele atuar -, aplicada a uma análise da sociedade brasileira, remete ao universo das relações concretas, pessoais e biográficas. Citando mais uma vez Da Matta: “Num sistema de pessoas, todos se conhecem, todos são ‘gente’, todos se respeitam e nunca ultrapassam seus limites” (op.cit.:180).

Considerarei que a campanha de rua (constituída por uma série de atividades políticas que privilegiam o contato direto do candidato com os “eleitores”) poderia ser interpretada como sendo, de alguma forma, uma tentativa de realizar o mesmo movimento contido na expressão “Você sabe com quem está falando?”, focalizada por Da Matta: permite passar do “anonimato (que indica a igualdade e o individualismo) a uma posição bem definida e conhecida (que indica a hierarquia e a pessoalização)” (op.cit.:170). Na campanha, um candidato deve encontrar a forma de deixar de ser “Indivíduo” para constituir uma “Pessoa”, deve não apenas oferecer programas e promessas, mas também oferecer a si mesmo como “pessoa” com um passado reconhecido, com uma “biografia” e com relações sociais que permitam situá-lo socialmente. Nesse contexto, a construção da imagem do candidato e da sua trajetória ocupam um lugar central dentro da estratégia geral de suas campanhas.

Embora na dissertação — ao analisar alguns dos aspectos da campanha municipal carioca em 92 — eu tenha optado por não considerar os debates atualmente existentes em torno do peso real e das influências da mídia e do *marketing* político no processo eleitoral e na *performance* dos candidatos, considero importante, neste momento, poder avançar sobre algumas das questões que esse tema coloca².

Na Apresentação do livro “Voto é marketing... o resto é política”, Jacques Seguéla, publicitário da campanha de François Mitterrand, proclama:

“Cabe ao homem político mudar. Não é mais o cartaz que faz a estrela, mas a estrela é que deve ocupar o cartaz, correr por toda a parte, tocar cada eleitor. Impossível, dirão vocês? Não por muito tempo. A Mídia, hoje concentrada, logo explodirá. Ela permitirá esse contato pessoal com que sonha cada candidato...” (Grandi et al.; 1992:15)

No Prefácio ao mesmo livro, Cid Pacheco, consultor de propaganda e marketing, acrescenta:

“Um dos mais relevantes fatos da política contemporânea pode ser considerado, paradoxalmente, um fato não-político: o advento do marketing eleitoral.

De fato, marketing é uma concepção que vem ‘de fora da política’. Sua origem e natureza concertam-se com o mercado e a economia modernos — seu habitat natural. (...)

...a presença do marketing nas eleições cresceu tanto, em todo o mundo, que hoje é simplesmente inimaginável uma eleição puramente política, sem contribuição substancial do marketing.

A idéia central nesse constructo é que política e eleição são processos diferentes entre si. Se, naquele, o ‘primado é do político’, neste, ‘o primado é do eleitor’, essa grande massa desinteressada — ou melhor — indiferente à Política. (...)

Como tantos outros processos mercadológicos, o da decisão eleitoral tem elevada universalidade: é bastante assemelhado em quase toda parte. As analogias com o marketing de softdrinks (Coke), fast food (MacDonalds) ou shopping centers são cabíveis e oportunas. As diferenças tendem a ser mais de circunstância do que de substância.” (Op.cit.:17ss).

Assim, uma das primeiras questões que surge diz respeito à “personalização da política” mais como o resultado do processo (“universal”) de penetração da mídia e do *marketing* no jogo político do que resultado de condicionantes sociais e culturais “externos” ao momento eleitoral. Em outras palavras, cabe perguntar-se: a campanha “personalizada” e centrada nos candidatos-Pessoa tal como fora analisada por mim na dissertação é consequência da “matriz cultural brasileira” formulada por Da Matta, ou das influências das novas técnicas incorporadas ao cenário político eleitoral carioca? Minha intenção aqui não é responder a essa questão especificamente, mas sim poder avançar na reflexão sobre as relações entre o campo político (Bourdieu;1989), o momento eleitoral e os processos socioculturais mais amplos. Qual é o grau de “autonomia” das relações, dinâmicas e representações que articulam e estruturam o campo político? E do momento eleitoral em relação àquele? Em que “espaços” se geram os conteúdos da política e do político? A partir de que elementos “construi-se” uma candidatura?

Os principais pressupostos dos especialistas em marketing poderiam ser sintetizados, embora muito genericamente, da seguinte maneira:

Se, no passado, para se acompanhar a política, era preciso sair de casa, ir aos comícios, comitês ou associações, a introdução do rádio e, depois, da televisão “personalizou” o processo de participação popular, pôs a esfera política e as campanhas eleitorais dentro dos lares, lugar do convívio privado³. Nesse processo, os partidos políticos perderam boa parte do protagonismo tradicional capaz de emprestar, durante as eleições, o capital para o candidato.

“Embora a pressão do grupo social continue valendo, com a invasão da mídia, os fatores de influência se diluíram, e certamente os partidos políticos perderam força para a personalização e particularização da decisão de voto. (...) Em última instância, o voto torna-se mais pessoal, e centrado na personalidade pública do candidato.” (Grandi et.al.;1992:63).

Posteriormente, a incorporação no processo eleitoral das técnicas de marketing levou as formas e conteúdos da campanha a se autonomizarem, definitivamente, da “lógica da política” e a se aproximarem da “lógica do mercado” (visão mercadológica das eleições)⁴. Assim, cada vez mais afastadas do domínio da política, as campanhas eleitorais se aproximam do domínio “universal” das regras do mercado. Comprar e votar são escolhas, então pode-se imaginar que o eleitor consome um produto ao escolher um candidato. A relação *eleitor=consumidor/político=produto* é a base do marketing eleitoral (Magalhães;1995)⁵. Essa representação mercadológica da vida política durante as eleições concebe os adversários políticos como “concorrentes” disputando o mercado de eleitores (consumidores) com os mesmos métodos com que os fabricantes de sabonetes disputam o mercado. Trata-se de vender o produto (candidato) principalmente por intermédio dos meios de comunicação de massa, individualizando e tornando direta (sem mediações) a relação do candidato-produto com o eleitor-consumidor. Por sua vez, o marketing (em parceria com as pesquisas de opinião) permite adotar os valores dos consumidores e adaptar o produto (imagem do político) aos gostos das várias categorias de eleitores (isto é, segundo os marketólogos, uma das contribuições fundamentais à democracia).

Em síntese, Cid Pacheco, assim como os outros *marketólogos* que escrevem no livro citado, fala — e não poderia ser de outra forma —, da “centralidade” do *marketing eleitoral* durante a campanha, seu papel fundamental na produção e venda dos “candidatos”, seu domínio sobre os partidos e a “política”⁶. Porém, encontram-se elementos similares nas análises de não poucos cientistas sociais, ao descreverem o mesmo fenômeno: a) papel “revolucionário” dos meios de comunicação de massa (fundamentalmente a TV) na redefinição da política em geral e das campanhas eleitorais em particular; b) desideologização das eleições (domínio da imagem sobre os conteúdos programáticos), c) “crise dos partidos” e “crise da representação” associadas à incorporação do marketing e das novas técnicas à política, e d) os candidatos tornam-se mais “individuais” e menos presos aos rótulos de partidos, o que enfraquece as legendas como instituições que mediam o recrutamento democrático.

Embora, com maior ou menor ênfase em alguns dos aspectos acima mencionados, em geral se oponha uma política programática a uma política da imagem (esvaziada de conteúdos “políticos”); uma política de partidos a uma política de candidato-produto.

“Se sacrifica el programa en aras de la imagen. Y entonces, ante la pobreza e incluso la similitud de propuestas políticas, los personajes tienden a substituir a los partidos. (...) ...preponderancia de los líderes sobre los partidos y de las consignas sobre los programas... (...) Es más: la política tal y como estaba concebida tradicionalmente, como un proceso de mediaciones, tiende a conferir a la TV el papel de gran mediador.” (Trejo Delarbre;1995:121).

“La preeminencia de la palabra, los grandes relatos y aún los discursos políticos han sido desplazados en años recientes por la imagen. Vivimos inmersos en una cultura de la imagen que altera la idea que nos hacemos de la política. Para bien y para mal, ya no podemos pensar la política al margen de la TV. (...) Simultáneamente, no solo difumina la frontera entre espacio privado y espacio público; además la globalización de las comunicaciones desterritorializa el universo simbólico, poniendo en entredicho los sentimientos de pertenencia y arraigo.” (Lechner;1996:68).

Outros autores sofisticam a análise e, no entanto, parecem chegar no mesmo diagnóstico. Assim, por exemplo, para Cohn, a indústria e as técnicas de marketing aplicadas à campanha eleitoral não envol-

vem a difusão de promessas pessoais, mas a produção de imagens vendáveis dos candidatos. O estilo moderno, segundo o autor, “opera com algo menos tangível mas por isso mesmo mais manejável, que são as imagens dos candidatos.” (Cohn; 1985). Achache avança mais um pouco e afirma que transitou-se de um modelo “propagandístico” — no qual se transmitia a mensagem de um partido com um conteúdo ideológico determinado a uma multidão homogênea — para um dominado pela “mercadotecnia” — que não constrói só imagens, e sim personalidades de produtos, dirigindo-se a públicos diversos, que não possuem interesses comuns muito definidos. (Achache, citado em Novaro; 1995:87).

Já em 1962, Jurgen Habermas, em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, ao se referir ao processo de profissionalização dos partidos políticos e das associações, assinalava os efeitos das novas formas de “publicidade”⁷ na dissolução da esfera pública burguesa — como uma esfera de participação contínua na discussão e no pensamento relativos ao Poder Público. Assim, descreve Habermas há 40 anos:

“...a conexão entre participação eleitoral e uma orientação segundo metas programáticas é muito mais fraca do que a que se instaura entre eleitores e a imagem, publicitariamente eficaz, que é apresentada dos principais candidatos”.

Ao analisar o surgimento da propaganda — como uma das novas funções resultantes de uma esfera pública dominada por mídias, aponta como os partidos e suas organizações auxiliares, vêem-se, por isso, obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário,

“...de um modo bem análogo à pressão dos comerciais sobre as decisões de compra: surge o negócio do marketing político. Os agitadores partidários e os propagandistas ao velho estilo dão lugar a especialistas em publicidade, neutros em matéria de política partidária e que são contratados para vender política apoliticamente. (...) Por isso, desempenha um papel central a maneira do líder se apresentar ou a sua indumentária: também isso precisa de uma apresentação e de um empacotamento adequados ao mercado.” (Habermas; 1984:252ss.).

Por sua vez, Landé (1977) analisa o sistema político filipino e suas conseqüências na definição da dinâmica que adquirem as campanhas eleitorais. O autor afirma a importância de diferenciar o que se enxerga do sistema, segundo se olhe para ele de “cima” ou de “baixo”: olhando de cima, aparecem dois partidos políticos de abrangência na-

cional, idênticos na sua composição social e nas propostas programáticas que apresentam aos eleitores. Porém, se olharmos de baixo, o que aparece é uma extensa rede de alianças diádicas, algumas horizontais, mas a maior parte verticais, que sobem do local até o nível nacional. Segundo Landé, esse funcionamento misto do sistema se evidencia nas eleições: a grande maioria do eleitorado vota em “personalidades”, mais do que em partidos. Assim, os candidatos estão obrigados a organizar campanhas pessoais e a recorrer aos líderes locais capazes de mobilizar seus seguidores.

Obviamente, é impossível negar a capacidade atual dos meios de comunicação de massa, do *marketing* e das técnicas de sondagem (pesquisas de opinião) para influenciar a opinião pública e organizar as campanhas eleitorais. Porém, investigação, influência, propaganda, relações pessoais e diretas entre candidatos e eleitores fazem parte, também, das práticas políticas tradicionais. Habermas e Landé, cada qual a seu modo, dão elementos que permitem, se não negar completamente, ao menos relativizar o caráter “revolucionário” que estaria na base das transformações atuais do processo eleitoral⁸.

Considero que, geralmente, por trás desses diagnósticos, permanece uma *visão normativa* do processo “democrático” de designação de representantes, entendido como um ato de “escolha livre e racional”. Assim, as análises e afirmações de que na atualidade não se vota em idéias, partidos, nem programas, se aproximam bastante daquelas que, ao analisarem o clientelismo político, denunciavam que:

“...o eleitorado rural brasileiro vota em relativa liberdade legal, mas de fato, sujeito à influência dos patriarcas locais (...). A sabedoria dos partidos, principalmente dos dois maiores, foi posta à prova não na escolha de programas que melhor solicitassem o interesse dos eleitores municipais, mas na captação e enquadramento das influências pessoais dos chefes.” (Franco, A.:1974:85)¹⁰.

Assim, parece-me que o primeiro passo para entender o significado e o alcance das transformações que estão por trás das mudanças visíveis nas “formas de fazer campanha política” deve ser abandonar qualquer pressuposto normativo sobre o caráter da representação política. O segundo passo consiste em restituir plenamente a dimensão simbólica à política; não foi só a partir do surgimento da TV que as “imagens” entraram no universo político, nem a partir da introdução

do marketing que a *performance* do “candidato” adquiriu importância durante a campanha. E, por último, mas não por isso menos fundamental, é preciso entender a campanha política como apenas um momento específico dentro do marco geral da disputa pela “representação” que caracteriza a ação propriamente política (Bourdieu;1989)¹¹.

II. OBJETIVOS

Mais do que partir proclamando universal e “normativamente” a transformação radical da política, a globalização mass-mediática, a crise da representação, a dissociação absoluta entre eleições e política, a centralidade dos candidatos sobre os partidos, a morte definitiva das ideologias e das identidades territoriais etc., considero fundamental converter essas afirmações em questões a serem respondidas para casos e processos concretos. Nesse sentido, este projeto objetiva, a partir da análise comparada das campanhas presidenciais no Brasil (1998) e na Argentina (1999), avançar sobre essas questões. Esse, me parece um caminho interessante para poder pensar a relação entre, por um lado, a dinâmica da campanha eleitoral, entendida como um jogo marcado por regras e procedimentos jurídicos e políticos comuns ao conjunto dos participantes (e dentro dos quais os candidatos solicitam a participação e a adesão dos “cidadãos”) (Offerlé;1991), e, por outro, as determinações políticas, sociais e culturais que vem de “fora” desse jogo, e que, a meu ver, dão o caráter particular e histórico a uma campanha.

Apesar de não ter recorrido em minha dissertação à comparação como recurso metodológico explícito, meu interesse pela *campanha de rua* no Rio surgiu, fundamentalmente, pela “estranheza” inicial que, como estrangeira, senti face à personalização e à proximidade na relação entre candidatos e eleitores. Em Buenos Aires, uma grande cidade como o Rio de Janeiro, a história política dos candidatos durante as campanhas, assim como a identidade partidária pareceria ter um peso bem maior quando comparado com sua trajetória “individual” e biográfica¹³. Por outro lado, a rua tradicionalmente foi o espaço para os grandes comícios, as manifestações, as “pintadas” nas paredes, um espaço político privilegiado de demonstração e disputa, mas não de corpo-a-corpo, nem de contato direto entre candidatos e eleitores. É um país com tradição político-partidária forte, com partidos e líderes

(principalmente o peronismo e o radicalismo) capazes de criar identidades e lealdades “organizadoras” dos mais diferentes espaços e momentos da vida cotidiana, e capazes, também, quando necessário, de mobilizarem massivamente a população.

Porém, a comparação mostra-se ainda mais interessante porque nos últimos anos, as campanhas eleitorais argentinas estão introduzindo alguns elementos novos, tais como o corpo-a-corpo e a presença direta dos candidatos em locais públicos não considerados políticos (locais de trabalho, durante o horário de trabalho, feiras municipais, supermercados etc.). Além do papel cada vez mais protagônico na disputa eleitoral das pesquisas de opinião, a novidade mais recente foi a introdução das pesquisas de boca de urna, nas últimas eleições nacionais realizadas no ano passado. Em outras palavras, as disputas eleitorais argentinas pareceriam estar aproximando-se bastante, pelo menos à primeira vista, da campanha carioca de '92. Ao longo desse processo, os grandes partidos políticos tradicionais parecem ter perdido credibilidade e boa parte do protagonismo tradicional capazes de emprestar capital para o candidato, de mobilizar milhares de pessoas para um comício, ou de atraí-las “espontaneamente” para os comitês. Tanto o “fazer política” como os espaços políticos parecem muito reduzidos.

Ao propor aqui analisar as campanhas presidenciais vale a pena fazer algumas considerações de caráter mais geral. Não é o objetivo explicar os resultados eleitorais nem o porque de um candidato ou partido ter perdido ou ter sido eleito. Trata-se de identificar as condições — no que elas tem em comum para todos os participantes do jogo em um momento determinado da situação do campo político — necessárias para a “criação” de alguém como candidato. Poder entender qual é o modo de pensamento e ação exigido dos “candidatos” pela participação no jogo político. Os candidatos são aqueles que, em nome de alguma coisa (mobilizando diferentes capitais, segundo o caso) e dentro de determinadas regras comuns ao conjunto dos participantes do jogo, disputam durante a campanha os votos dos “eleitores” (Bourdieu; 1989). Assim, ser candidato requer disposições e recursos particulares que variam segundo o contexto, mas que são indispensáveis para a *mise-en-scène* no “teatro” político (Offerlé; 1993). Nesse sentido, interessa-me também entender *quem* são esses candidatos, quem tem “competência” para sê-lo, traçar suas trajetórias, identificar o capital que mobilizam

durante as campanhas,¹⁴ compreender *como* disputam esses votos e constroem simbolicamente sua “apresentação”¹⁵, que tipo de interações e atividades sociais e políticas se privilegiam, em que espaços e mediante que “técnicas”. Por último, e partindo do pressuposto de que as condições necessárias para ser “candidato”, assim com as formas de fazer campanha, se transformam ao longo do tempo, cabe perguntar-se se essas mudanças são internas à dinâmica eleitoral ou referem-se — e neste caso, como — a transformações no interior do campo político e da “política”¹⁶.

Um candidato na disputa por um cargo executivo (municipal, estadual o nacional) terá de “convencer” a maioria do corpo eleitoral de que ele (e o que ele representa) será capaz de governar “em nome de” e “para” o conjunto de cidadãos desse espaço territorial. Diferentemente dos candidatos para cargos legislativos de representação proporcional, seu discurso (em sentido amplo, não apenas verbal) deverá ser capaz de apagar ao máximo possível os traços de representação de interesses particulares e adquirir um caráter “universalizante”.

Nos sistemas presidencialistas “puros” (nos quais se acumula num único cargo os poderes do chefe do Estado e de chefe do Governo), o presidente ocupa uma posição central em relação a todas as forças e instituições políticas. Segundo Pasquino (1990), a centralidade do seu papel lhe advém, fundamentalmente, do fato de haver sido eleito pela totalidade do corpo eleitoral. A ele contrapostos estão os representantes da Câmara, porta-vozes de interesses setoriais e senadores, eleitos em colégios que cobrem todo o território dos diversos estados (Pasquino; 1991:519).

Mas, para além dessa definição (apresentada aqui de forma muito simplificada)¹⁷ estritamente formal do caráter da representação política presidencial, podemos considerar que um presidente, entanto cabeça do Estado, “representa” simbolicamente e corporifica — assim como uma bandeira ou um hino — a unidade dos membros de um território nacional (Pitkin; 1967:93ss.). Nesse sentido, durante uma campanha eleitoral, um candidato a presidente disputará não apenas o direito de ser o chefe máximo do Executivo e do Governo, mas o direito a ser representante da Nação.

Se, como disséramos anteriormente, uma campanha eleitoral pode ser entendida como um momento fundamental (por sua intensi-

dade e visibilidade) de interseção entre “política” e dimensões culturais mais amplas, as campanhas presidenciais, em particular, podem ser pensadas como momento privilegiado de mobilização de identidades nacionais. A Nação, como unidade de integração legal, político-territorial, econômica e, fundamentalmente, “moral, mental e cultural de seus habitantes” (Mauss;1970:293), se explicita simbólica e ritualmente durante uma campanha presidencial. O termo Nação, tal como escreve Habermas, aproximando-se de Mauss,

“...possui, além do estrito sentido legal e político, a conotação de uma comunidade moldada por uma origem, uma cultura e uma história comuns — com frequência compartilhando também a mesma língua. Membros de um Estado formam uma “nação” no sentido de constituírem um modo de vida específico.” (Habermas;1995:88-9).

Os símbolos, imagens, e discursos que circulam (e se opõem) durante uma campanha presidencial serão compreendidos pelo conjunto dos habitantes de um país em função dessa história comum compartilhada, dessa “cultura nacional”.

Para concluir, gostaria de acrescentar duas considerações que, embora formuladas ainda de maneira muito genérica, se relacionam com as questões acima colocadas. A primeira consideração diz respeito à possibilidade de entender as atividades, símbolos e rituais que organizam uma campanha¹⁸ presidencial como mecanismos de articulação do local ao nacional, no sentido proposto por Kertzer (1988) e por Geertz em “Negara” para o caso balinês (1991)¹⁹. Kertzer, na análise sobre o papel dos rituais na vida política moderna, pergunta:

“How can the actions of a group of villagers or townsmen be seen as an expression of national-level organizational life?”

E logo a seguir responde:

“Identification of local with the national can take place only through the use of symbols that identify the one with the other.” (op.cit.; 1988: 21).

Uma campanha presidencial, necessariamente nacional, se constitui a partir de, — para designá-la de alguma forma, simultâneas “microcampanhas locais”. A simultaneidade da ação simbólica é, para o autor, um dos mecanismos mais “potentes e profundos” para ligar os grupos locais com o nível nacional. A segunda questão refere-se à pertinência analítica — a ser avaliada no percurso da pesquisa — de se abor-

dar o estudo de uma campanha presidencial como um “fato social total”, em sentido maussiano; em outras palavras, como momento da vida política e social definido por determinado tipo de trocas cerimoniais (materiais e simbólicas) que acionam diversos planos de uma sociedade (neste caso, nacional).

III. METODOLOGIA

A perspectiva comparativa me parece ser um método privilegiado para abordar a compreensão de fenômenos políticos e culturais em contextos nacionais. A identificação de semelhanças e diferenças a partir de processos e unidades analíticas comparáveis permite jogar luz sobre processos concretos, historicamente configurados, evitando o risco de substantivizá-los e percebê-los como “únicos”. A comparação evita também o movimento contrário pelo qual se dilui a especificidade dos fenômenos em prol das tendências “universais”.

Este projeto, ao mesmo tempo que se apoia numa abordagem comparativa, privilegia a perspectiva etnográfica. Trata-se de centrar o olhar sobre as modalidades do “fazer política” dos candidatos a presidente durante as campanhas eleitorais. Um dos primeiros passos a ser dado consistirá em identificar, a partir da visão dos próprios atores envolvidos no processo eleitoral (dirigentes políticos, cabos eleitorais, militantes, jornalistas, etc.) os conteúdos e significados desse “fazer política”, assim com as atividades, espaços, meios e modalidades privilegiados para a *mise-en-scène* dos candidatos.

São muitas e variadas as atividades políticas que se desenvolvem simultaneamente durante uma campanha. No caso das eleições para presidente (as quais, cabe assinalar, geralmente coincidem com alguma outra eleição, aumentando assim a complexidade) cada cidade, cada povoado, terá sua microcampanha própria²⁰. Dentro dessa multiplicidade de acontecimentos políticos que se desenvolvem em espaços e níveis diferentes, contudo, aqueles diretamente centrados na figura do candidato (atos políticos que contam com sua presença, as viagens pelo país em que “marca”, com sua presença, alguns locais, e não outros, declarações e discursos, acusações recíprocas aos outros candidatos etc.) constituem o “centro” da campanha²¹.

Mais acima propus que o trabalho de representação de um candidato durante a campanha fosse entendido como parte de uma ação política que, mediante palavras, teoria, manifestações e outras simbolizações, busca produzir e impor representações do mundo social que permitam aos agentes interpelados reconhecerem-se, identificarem-se com outros e construir adesões. Assinalei também que durante as campanhas, e como parte fundamental do trabalho de representação nesse período, os candidatos realizam um trabalho de apresentação de si mesmos que remete também, por seu caráter dramático, à noção de representação em sentido teatral. A proposta, então, é identificar os diferentes espaços em que se “apresentam” os candidatos como um cenário em que se ofereceram diferentes interpretações, imagens e outros produtos simbólicos que tendem a produzir identificações e adesões por parte do “público” assistente²².

NOTAS

* Gabriela Scotto é pesquisadora do NUAP (MN/UFRJ) e doutoranda do PPGAS, UFRJ.

¹ O termo “reconhecimento” é empregado aqui para sintetizar dois dos sentidos diferentes da palavra: a) o reconhecimento como (re)-conhecimento, isto é, como identificação concreta de uma pessoa conhecida, e b) a idéia do reconhecimento de alguém ou de alguma coisa como boa, verdadeira ou legítima (por exemplo, “com o triunfo majoritário nas eleições, o povo reconheceu o excelente desempenho de fulano como deputado”). O uso desta palavra nesses dois sentidos não é uma escolha arbitrária; pelo contrário, com ela estou querendo me referir à relação que existe entre o *reconhecimento* no primeiro sentido (a) e a possibilidade de transformá-lo em um *reconhecimento* no segundo sentido.

² O debate é muito amplo e inclui discursos e interpretações diversos, principalmente em função de os autores serem marketólogos ou cientistas sociais. Algumas sínteses desses debates podem encontrar-se em: Novaro, M. (1995); Thiollent (1986), em vários dos artigos da publicação *Comunicação e Política* vol. I, N°3 abril-julho 1995 (Eleições: mídia, cenários e atores) e *Comunicação e Política* vol. III, N°2 maio-agosto 1996 (Mídia e Democracia).

³ Observe-se, por exemplo, o que recomenda um importante publicitário paulista aos candidatos: “Pela televisão, fala-se individualmente a cada pessoa. Desaparece o palanque e o clima de comício; estabelece-se uma situação quase de intimidade. O espectador está desarmado, relaxado. É preciso, portanto, conversar com ele, convencê-lo. Suavidade na linguagem, muito con-

teúdo e extrema sensibilidade são os ingredientes básicos da receita.” (De-
poimento citado em Thiollent; 1986:26).

⁴ Assim, nesta visão, a política e o marketing são domínios independentes, e as eleições são concebidas dentro do domínio do segundo. Isto se expressa, por exemplo, no título do livro: *Voto é marketing... o resto é política*, e em observações como a seguinte: “As convenções partidárias têm características bastante diferenciadas das eleições gerais. Nelas os dois fatores decisivos são a força de seu grupo político dentro do partido e a viabilidade de seu nome junto ao eleitorado. É somente ao final da convenção que a hegemonia do processo eleitoral passa da esfera política para a esfera do marketing.” (Grandi et al.; 1992:135)

⁵ Embora as expressões *marketing eleitoral* e *marketing político* sejam, na maioria das vezes, utilizadas indistintamente, a noção de *marketing político* se relaciona com a formação da imagem a longo prazo; podendo ser utilizada não apenas por políticos, mas também por qualquer pessoa que deseje projetar-se publicamente. O *marketing eleitoral*, por sua vez, se preocupa com o curto prazo. Estratégia e tática são montadas de tal forma que no momento da eleição o candidato possua o maior número de votos possível (Grandi et al.; 1992:32-3).

⁶ No livro *Faire l'opinion*, Patrick Champagne (1990) assinala — dentre as transformações na estruturação e funcionamento do campo político francês nos últimos anos — o desenvolvimento de novas categorias de agentes que participam diretamente e com interesses próprios no jogo político (comerciantes de pesquisas, politicólogos, assessores de comunicação e marketing político, jornalistas). Esses agentes em luta, segundo Champagne, buscam impor sua própria visão (geralmente interessada) do que seja “opinião pública”. Eu acrescentaria: uma luta pela própria visão do que seja a “política” e, por conseguinte, no caso que analisamos, da supremacia do marketing sobre a política.

Na contracapa do livro *Voto é política...*, podemos ler: “Este trabalho de dezoito especialistas em marketing e publicidade responde a essas e a muitas outras questões determinantes para a história recente do país. (...) E, o mais importante, há muitos precisando urgentemente dele. — Presidentes, senadores, deputados, vereadores, prefeitos, governadores (lobistas)... — Jornalistas, publicitários, marketólogos... — Os que querem aprender o caminho para chegar ao poder... — Os poderosos de plantão que desejam manter o poder conquistado... — Os que desejam saber o que há por trás de uma eleição... Porque voto é marketing... o resto é política. (Grandi et al; 1992: contracapa).

⁷ De princípio de crítica exercido pelo público, a “publicidade” teve redefinida sua função, tornando-se princípio de integração forçada, difundida de modo demonstrativo e manipulativo, sendo ela utilizada para pessoas e instituições, bens de consumo e propaganda (Habermas; 1984:241ss.)

⁸ Palmeira, 1985.

⁹ O livro do historiador Peter Burke, *A Fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV* (1994), assim com *Negara: o Estado-Teatro no século XIX* do antropólogo Clifford Geertz (Geertz; 1991) fornecem, também, valiosas análises sobre o papel fundamental das “imagens”, rituais e cerimônias na organização da vida política de uma sociedade, no primeiro caso, a França do século XVII, no segundo, Bali no século XIX.

¹⁰ Goldman e dos Santos Sant’Anna (1995) identificam nos trabalhos clássicos (escritos entre 1950 e 1990) sobre o processo eleitoral brasileiro 4 níveis de problemas: as abordagens são negativas, ideológicas, reduzem a política ao domínio institucionalizado dos partidos e do Estado e, por último, priorizam na análise a perspectiva macroscópica. A primeira dessas características, a *negatividade*, se aproxima do que eu chamara *visão normativa*. Segundo Goldman e dos Santos, a explicação sobre por que o eleitor vota de uma determinada maneira se constrói a partir da identificação de algum elemento ausente, tido *a priori* como essencial: racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc.

¹¹ Segundo Palmeira, é freqüente que, por trás do uso do que ele denomina os “ismos mágicos” (clientelismo, cartorialismo, corporativismo), se revele essa visão normativa, “que reduz os fatos a serem explicados a sua distância da regra postulada.” (Palmeira, M.; 1989)

¹² A noção de disputa pela “representação” se relaciona, para o autor, com a essência mesma da ação política enquanto trabalho de produção e imposição de representações (em sentido durkheimniano) do mundo social. Os produtos oferecidos pelo campo político, escreve Bourdieu, “são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão).” (Bourdieu; 1989:165).

¹³ Atualmente, na Argentina, o sistema para a eleição aos cargos legislativos (senadores, deputados, vereadores) é *proporcional de lista fechada* (Rojas de Carvalho; 1991), em que o eleitor vota na lista de candidatos ordenada pelo partido, sem poder de maneira alguma alterá-la. Assim, embora seja importante o primeiro nome da lista como “puxador”, as campanhas são mais centradas na lista do que nos candidatos.

¹⁴ Bourdieu (1989) distingue dois tipos de capital político: o que se detém a **título pessoal** e o que se obtém **por delegação** (como mandatário de uma organização). Por sua vez, o capital pessoal é de **notoriedade** nos casos em que ele se remete à “popularidade”, ao fato de ser conhecido ou reconhecido (ter um nome e uma reputação) e também ao fato de possuir um número de qualificações específicas (freqüentemente produtos da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios). Por sua vez, o capital pessoal **heróico** é aquele que vem da realização de uma ação inaugural exigida em alguma situação de crise (Bourdieu; 1989:190ss.).

¹⁵ Erving Goffman, em seu livro *The Presentation of Self in every day Life* (Títu-

lo em português: A representação do Eu na vida cotidiana; 1985), propõe uma série de elementos e conceitos instrumentais, os quais me parecem de extrema utilidade para abordar e descrever o que aqui, segundo Goffman, chamo de forma “trabalho de apresentação” dos candidatos durante uma campanha.

Em situações comuns de trabalho, diz Goffman, quando um indivíduo chega na presença de outros indivíduos aos quais se apresenta e às suas atividades, ele tenta dirigir e controlar, por meio do emprego de uma série de recursos, a impressão que os outros formam dele enquanto executa essas tarefas. Por sua vez, os outros também tratarão de obter informações a respeito dele ou de levar em conta as informações que já possuíam. Neste sentido, a noção de *presentation* (na acepção de **apresentação**) deriva de suas similitudes com a representação teatral e com os princípios de caráter dramaturgico. Esta noção de apresentação em sentido dramaturgico foi utilizada por mim em trabalho anterior para analisar a campanha de Benedita da Silva (Ver Scotto; 1994).

¹⁶ O trabalho clássico de Max Weber, “A política como profissão”, sobre o processo histórico de transformação e profissionalização da política (Weber; 1987); a análise das elites norte-americanas realizada por Wright Mills no também clássico “A Elite do Poder” (Wright Mills; 1968), assim como o trabalho mais recente de Patrick Champagne para o caso francês (Champagne; 1990) constituem exemplos indicativos da orientação analítica na qual estou pensando ao formular essas questões.

¹⁷ Uma análise mais aprofundada do papel presidencial nos sistemas democráticos deveria considerar as particularidades da representação política associadas à função de governo e administração e as da “representação parlamentar”; assimismo as diferenças entre presidencialismo e parlamentarismo; representação majoritária e representação proporcional, etc.

¹⁸ O trabalho de Palmeira e Heredia sobre os comícios eleitorais evidencia claramente a dimensão ritual presente nessa atividade de campanha e seu caráter organizador das relações sociais durante o “tempo da política” (Palmeira e Heredia; 1995).

¹⁹ Uma rápida mas iluminadora menção sobre as campanhas eleitorais presidenciais como momento de articulação entre o local e o nacional encontra-se no livro escrito por Lomnitz-Adler, *Exits from the labyrinth. Cultures and Ideology in the Mexican National Space* (1992). No capítulo dedicado a analisar, a partir de uma perspectiva espacial, a “cultura do Estado” e a articulação com as “culturas regionais (Cap. 17), o autor escreve: “*During presidential campaigns, the anecdotes and family history of the candidate are appropriated by the “nation”, and each one is amplified and extended in order to provide groups and sectors with a “personal” nexus to the candidate. The role of president fuses the life of one man with the shape of mexican political society.*” (op.cit.:308).

²⁰ Há alguns anos, tendo com motivo de uma pesquisa que estava desenvol-

vendo na ocasião (sobre a relação entre partidos políticos e cooperativas de pequenos produtores), realizei parte de meu trabalho de campo em um pequeno município do litoral argentino durante as semanas que antecederam as eleições presidenciais de 1989. Naquela oportunidade, o objetivo do trabalho consistiu em, precisamente, analisar a dinâmica local de uma dessas “microcampanhas”, focalizando a atenção na redefinição das relações sociais e do cotidiano da população quando o que está em jogo é um cargo nacional, e não local (Scotto;1990).

²¹ Geertz, em seu artigo “Centers, Kings, and Charisma” (1977) em oposição à definição de carisma de Weber, resgata a análise de Shills, em que se acentua a vinculação entre os valores simbólicos que um indivíduo possui e suas relações com os **centros** ativos da ordem social. Esses centros são o ponto — ou os pontos — da sociedade em que suas idéias condutoras juntam-se com as instituições centrais, para criar uma “arena na qual ocorrem os eventos mais significativos que afetam a vida de seus membros” (op.cit.:151). O carisma não é algo inerente a um indivíduo. Mas a proximidade — mesmo que seja em oposição — desses centros ativos e dos acontecimentos que neles se desenvolvem momentaneamente confere carisma. Essa proximidade é um sinal, como escreve Geertz, de que se está “perto do coração das coisas”. Ritos, imagens e outro conjunto de formas simbólicas marcam o centro enquanto tal, e outorgam ao que aí acontece sua aura não apenas de importância, mas, de alguma forma estranha, vinculada à própria maneira pela qual o mundo está construído.

²² Para a classificação e análise dos diferentes espaços e das diferentes modalidades de interação entre Benedita da Silva e os “eleitores” utilizei essa mesma perspectiva. Assim, as diferentes atividades da campanha da candidata (corpo-a-corpo, carreatas, visitas, encontros, comícios etc) foram classificados a partir do entrecruzamento entre os **espaços** de produção do acontecimento político (paradigmáticos da vida cotidiana ou extra-cotidianos) e o tipo de **interação política** entre a candidata e o público (atividades que fomentam a proximidade corporal e as que não) (Scotto;1994).

BIBLIOGRAFIA

- Bordieu, Pierre. 1983. “Cultura e Política”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, pp.183-194.
- _____. 1988. “Decrire et Precrre. Note sur les conditions de possibilité et les limites de l’efficacite politique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 38 — mai 1988.
- _____. 1989. *A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, pp.163-207.
- Champagne, Patrick. 1990. *Faire l’opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris, Les éditions de Minuit.

- Cohn, G. 1985. “Política e Marketing”. *Folha de São Paulo*. 15/11/85.
- Da Matta, Roberto. 1981. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Franco, A. 1974. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Geertz, Clifford. 1977. “Centers, Kings, and Charisma: Reflections on the Symbolics of Power”. In: David and Clarke (eds.), *Culture and its creators*. Chicago. pp.150-171.
- _____. 1991. *Negara. O Estado Teatro no Século XIX*. Lisboa, Difel.
- Goffman, Erving. 1985. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- Goldman, M. e Santos Sant’Anna. 1995. “Teorias, representações e práticas: elementos para uma problematização do voto”. In: *Comunicação e Política*, Ano 1, nº 3, abril-julho 1995. Nova Série. Rio de Janeiro: Cebela. pp.139-152.
- Grandi, R. et al. (orgs.). 1992. *Voto é marketing... o resto é política*. São Paulo, Edições Loyola.
- Habermas, Jürgen. 1984. *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. 1995. “O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização”. In: *Novos Estudos* nº 43, novembro de 1995. CEBRAP. pp.87-102.
- Kertzer, David. 1988. *Ritual, politics and power*. New Haven and London, Yale University Press.
- Landé, Carl. 1977. “Networks and Groups in Southeast Asia: some observations on the group theory of politics” In: Steffen W.Schmidt et.al (eds.) *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press. pp.75-99.
- Lechner, Norbert. 1996. “Por qué la política ya no es lo que fue?” In: *Leviatán — Revista de hechos e ideas*. Primavera 96, nº 63. Madrid, Fundación Pablo Iglesias. pp.63-73.
- Lomnitz-Adler, Claudio. 1992. *Exits from the labyrinth. Culture and ideology in the Mexican national space*. Berkeley, University of California Press.
- Luna, Felix. 1995. *Golpes militares y salidas electorales*. Buenos Aires, Sudamericana.
- Magalhães, Francisco. 1995. “A Ciência Política e o Marketing Eleitoral: algumas elaborações teóricas”. In: *Comunicação e Política*, Ano 1, nº3, abril-julho 1995. Nova Série. Rio de Janeiro, Cebela. pp.127-138.
- Mauss, Marcel. 1970. “La Nación”. *Obras*. Barcelona, Barrad, vol.3. pp.275-327.

- Novaro, Marcos. 1995. "O debate contemporâneo sobre a representação política". In: *Novos Estudos* nº 42, julho de 1995. CEBRAP. pp.77-90.
- Offerlé, Michel. 1991. *Les Partis Politiques*. Paris, Presses Universitaires de France.
- _____. 1993. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Evreux: Gallimard.
- Palmeira, Moacir. 1989. "Política, Facção e Compromisso: alguns significados do voto". In: *Encontro de Cs. Sociais no Nordeste*, 4. Salvador, dezembro 1989, pp.111-130.
- Palmeira, M. e Herédia, Beatriz. 1995. "Os comícios e a política de facções". In: *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. pp.31-94.
- Pasquino, Gianfranco. 1991. "Formas de Governo". In: Bobbio et.al. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: Ed. Universitária de Brasília: Linha Gráfica Editora, Vol.1. pp.517-521.
- Pitkin, Hanna. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley, University of California Press.
- Rojas de Carvalho, Nelson. 1991. "Representação política, sistemas eleitorais e partidários: doutrina e prática". In: Olavo Brasil de Lima Jr. (org.) *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Rio Fundo ed. IUPERJ. pp.39-64.
- Romero, Luis Alberto. 1994. *Breve história contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- Sábato, Hilda. 1995. "Sufragio universal sin ciudadanía política?". In: Antonio Annino (coord.) *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*. Montevideo: FCE. pp.107-142.
- Scotto, Gabriela. 1990. "El tiempo de la Política". In: *Cuadernos de Antropología Social*, nº 7, Año 1993, UBA, FFyL/ICA. pp.35-54.
- _____. 1994. *Representação e Apresentação. Uma análise da campanha da Benedita da Silva para a Prefeitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional/UFRJ. Dissertação de mestrado.
- _____. 1996. *Campanha de rua, candidatos e biografias nas eleições municipais no Rio de Janeiro*. (no prelo).
- Thiollent, Michel. 1986. *Opinião Pública e debates Políticos (Subsídios metodológicos)*. São Paulo, Polis.
- Trejo Debarbe, Raúl. 1995. "Telecracia no es democracia". In: *Comunicação e Política*, Ano 1, nº 3, abril-ajulho 1995. Nova Série. Rio de Janeiro, Cebela. pp.107-126
- Weber, Max. 1987. "La Política como Profesión". *Política y Ciencia*. Buenos Aires, Leviatán.
- Wright Mills. 1968. *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.